

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt

José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Já só faltam dois!

Portugal assistiu na semana que passou a duas comemorações distintas relativas ao actual Governo: O Governo comemorou dois anos em funções; o País comemorou faltarem apenas dois anos para o fim de funções do Governo...

É triste que assim seja, mas não deixa de ser a realidade pura e crua. Mais do que mero desejo da Oposição.

É triste porque não ficamos contentes com as desgraças do nosso próprio País, antes queremos e desejamos que os piores cenários não se cheguem a concretizar. Não somos dos que rejubilam com as desgraças, nem desejamos o quanto pior melhor!

Mas este ano de 2006 apenas veio concretizar e acentuar o descalabro de 2005.

O cinto continuou a apertar-se para a maioria dos portugueses, apesar dos enormes anúncios de optimismo do Governo.

A verdade, porém, por detrás do marketing político do Governo e do eterno sorriso congelado de Sócrates, é o continuado aumento do desemprego e o recrudescimento do atraso em relação à média europeia.

Que futuro tem um País com um desemprego a subir para além dos quinhentos mil desempregados e empregados precários... Em que o desemprego oficial – infelizmente sempre mais baixo do que o real – atinge preocupantes 8,2% da população (mais de 460 mil desempregados registados), valor continuamente crescente face a 2004 e 2005... e isto sem contar com os mais de 100.000 portugueses que nestes últimos anos emigraram, para conseguir trabalho no exterior!

Não haverá já uma família em que o desemprego não seja uma realidade. Não se avistando em futuro próximo a tão procurada luz ao fim do túnel que permita a esperança de ver invertida esta tendência. Antes, as multinacionais e as grandes empresas anunciam ainda mais despedimentos para este ano de 2007!

Que futuro tem um País em que a taxa de crescimento se mantém a menos 1% da média europeia, atrasando-se ainda mais do que nos anos anteriores, contra todo um conjunto de novos países membros, com taxas de crescimento bem superiores ou, para não ir mais longe, da própria Espanha, a crescer a números de nos fazer invejar. Quando Portugal bem precisava era de crescer acima da média europeia de forma a diminuir a distância que nos separa do desenvolvimento e do bem-estar social.

É verdade que diminuámos o défice público, mas podíamos tê-lo feito como outros, sem prejudicar o investimento, o emprego e o crescimento.

Este Governo tem actuado principalmente contra as classes médias, contra os trabalhadores por conta de outrem, contra todos aqueles que menos capacidade reivindicativa têm, como os reformados e pensionistas.

Tem ficado de fora, apesar de enormes anúncios, o efectivo combate ao desperdício na Administração Pública e o corte na despesa não produtiva. Antes, os poucos benefícios sociais decrescem e os impostos sobem!

Resta-nos a esperança de só faltarem dois anos a este Governo!

Após 2 anos de Governo Sócrates



Portugal é uma área de desastre!

Destaques:

«Há soluções mais rápidas, baratas e seguras!»:

Marques Mendes vai falar da Ota ao PR

Pags. 2 e 3

O Presidente do PSD avalia “muito negativamente”
dois anos de governo socialista

Pags. 4 e seguintes

www.psd Santarem distrital.com é o
“site” da CPD de Santarém

Veja “caixa” em “Locais”

Marques Mendes vai pedir audiência a Cavaco Silva sobre aeroporto da Ota e avalia negativamente dois anos de governo

O nosso Presidente, Luís Marques Mendes, anunciou no dia 10, que vai pedir uma audiência ao Presidente da República sobre o futuro aeroporto da Ota, salientando que o investimento nessa obra “compromete os próximos Governos e os próximos Orçamentos”.

“Decidi pedir uma audiência ao sr. Presidente da República. Porque ainda há tempo para uma decisão diferente, sustentada num consenso técnico, económico e político e construída na base de soluções mais baratas, mais rápidas e mais seguras”, justificou Marques Mendes, no encerramento de uma sessão de avaliação dos resultados de dois anos de Governo.

O líder do PSD salientou que o investimento previsto na Ota - três mil milhões de euros “não compromete só este Governo”.

“Ora, o Estado é de todos, financiado por todos os portugueses. O Estado não é uma coutada do Partido Socialista”, frisou, acusando o Governo de tentar fazer da Ota “um facto consumado”.

“Contra a opinião dos técnicos, especialistas e da maioria dos portugueses, o Governo está, pela calada, a fazer com que a Ota se torne um facto irreversível”, disse.

Para Marques Mendes, “há soluções muito mais baratas que a Ota”, menos demoradas e mais seguras, alertando que o futuro aeroporto tem um prazo de vida limitado.

“Daqui a 30 ou 40 anos está esgotado e não tem possibilidades de expansão”, vaticinou.

“Porquê tanta pressa? Que interesses estão a condicionar uma opção que ninguém apoia?”, questionou, apelando ao executivo socialista para que “pare para analisar melhor”.

“Não se gastem mais de três mil milhões de euros numa solução que pode ser um verdadeiro desastre”, apelou.

Mendes deixou ainda duas propostas concretas ao Governo na área fiscal: a redução, até 2009, da taxa do IVA de 21 para 19 por cento e dos impostos para as empresas de 25 para 20 por cento.

“Quero convidar publicamente o Governo a acolher duas propostas concretas. Primeira: no domínio do IVA, propomos que a taxa de 21 por cento passe desde já para 20 por cento



e que até ao fim da legislatura seja novamente reduzida pelo menos para 19 por cento”, propôs, no encerramento de uma sessão de avaliação dos dois anos de Governo, promovida pelo PSD.

No domínio do IRC, Marques Mendes defendeu que a taxa de 25 por cento passe de imediato para 22 por cento e até 2009, desça para os 20 por cento.

“São duas propostas muito concretas que não comprometem as finanças públicas e que terão o efeito de aliviar a vida das pessoas e das empresas”, disse, salientando que os portugueses pagam, em média e por ano, mais 330 euros de impostos do que pagavam há dois anos.

O líder do PSD acusou ainda o Primeiro-ministro de ter um «projecto pessoal e perigoso» de controlo do poder», salientando que este «afecta a qualidade da democracia».

“É um projecto de poder pessoal do Primeiro-ministro. Nunca se viu em Portugal um projecto tão forte e tão perigoso de controlo do aparelho de Estado; isto não é autoridade, isto é autêntico abuso de poder”, acusou Marques Mendes, no encerramento da uma sessão de avaliação dos dois anos de Governo, promovida pelo PSD.

Com estas críticas, o líder social-democrata retomou hoje publicamente uma acusação que já tinha dirigido a José Sócrates no último Conselho Nacional do partido, dando como exemplos a intervenção do Primeiro-ministro na Justiça, nas polícias, na investigação criminal, nos serviços de informações, na comunicação social e nos centros de decisão económica.

“Tudo isto afecta a qualidade da nossa democracia”, alertou.

Perante cerca de 300 dirigentes concelhios do PSD, no Centro de Congressos de Lisboa, Marques Mendes traçou um diagnóstico negro da primeira metade da legislatura do executivo PS em todas as áreas.

“Após dois anos de Governo Sócrates, o que temos é menos economia, menos investimento, menos poder de compra dos salários e das pensões, menos saúde e menos cultura”, lamentou.

Pelo contrário, “temos mais desemprego, mais impostos, combustíveis mais caros, medicamentos mais caros e maiores desigualdades sociais”, acrescentou, acusando o Governo de apostar na propaganda.

“Uma promessa é uma reforma. Um anúncio é uma reforma. Um

discurso é uma reforma, um decreto-lei é uma reforma. Tudo serve para fazer propaganda, só que a propaganda não resiste à verdade dos factos”, disse, alertado que “há um fosso” entre o país de que fala o Governo e o país real.

Como exemplo, Marques Mendes apontou os números do crescimento económico de 2006, divulgados quinta-feira, e que apontam para 1,3 por cento de crescimento em Portugal, contra 3,9 por cento em Espanha e 2,9 por cento para média europeia.

“O primeiro-ministro faz uma festa com o aumento de umas décimas da nossa taxa de crescimento económico (...) Só um socialista se lembraria de comemorar o facto de em cada ano que passa ficarmos mais perto da cauda da Europa”, criticou.

Antes de Marques Mendes, sete deputados do PSD fizeram diagnósticos sectoriais negativos dos primeiros dois anos de Governo: Miguel Frاسquilho, na economia, Regina Bastos, na saúde, Pedro Duarte, na educação, Zita Seabra, na cultura, José Eduardo Martins, no ambiente e Almeida Henriques, sobre desemprego, cabendo a Agostinho Branquinho um resumo das propostas apresentadas pelo PSD desde 2005.



As palavras do Presidente texto integral

Caros Companheiros, Senhoras e Senhores: eleito há 2 anos, o actual Governo tem tido condições excepcionais para governar. Dispõe de uma maioria absoluta no Parlamento, conta com a colaboração activa do Presidente da República, beneficia de uma conjuntura económica internacional positiva e tem desfrutado de expectativas muito favoráveis a mudanças e reformas.

Por tudo isto, dois anos depois de ter tomado posse, os Portugueses exigem conhecer com rigor os resultados da governação.

Vamos, pois, aos factos:

• **Crescimento Económico** – A Europa cresceu em 2006, 2,9%. A Espanha, 3,9%. Portugal, 1,3%. Em 2006 Portugal cresceu menos de metade da Europa e um terço da vizinha Espanha. **Em 2006, Portugal teve o pior crescimento económico de todos os Países da União Europeia. Conclusão:** ao contrário do que foi prometido antes das eleições, **Portugal está hoje mais longe da Europa** e o nível de vida dos Portugueses está mais distante do nível de vida dos Europeus.

• **Desemprego** – Quando o Governo foi eleito a taxa de desemprego era de 7,1%. Hoje é de 8,2%. Há dois anos tínhamos 389 Mil desempregados. Hoje, temos 458 mil Portugueses no desemprego. **A nossa taxa de desemprego é a mais alta dos últimos 20 anos. Conclusão:** há dois anos prometia-se a criação de 150 mil novos postos de trabalho. Dois anos depois temos mais desemprego. Durante estes 2 anos criaram-se 73 novos desempregados por dia.

• **Investimento** – Há 8 trimestres consecutivos, ou seja, há 2 anos, que o investimento privado está a cair. Há 1 ano o Primeiro-Ministro percorreu o País a anunciar 23 novos grandes investimentos. Eram investimentos no valor global de 5.800 Milhões de Euros. Um ano depois, só 3 desses investimentos se realizaram. Vinte estão por concretizar. **Conclusão: 86% dos investimentos prometidos estão por cumprir.** O investimento afunda-se e Portugal não consegue criar riqueza.

• **Impostos** – Durante estes 2 anos todos os impostos foram aumentados. Do IVA ao ISP, passando pelo IRC e pelo IRS, todos os impostos subiram. **Cada Português pagou, em média, mais 330 Euros do que pagava há 2 anos atrás, mais de 66 contos na moeda antiga. Conclusão:** há 2 anos foi prometido não aumentar impostos. Dois anos depois, as pessoas e as empresas estão a sofrer as



consequências do maior aumento de impostos de sempre.

• **Combustíveis** – Em 2 anos, registaram-se três aumentos do imposto sobre os combustíveis. Consequência: **a gasolina está hoje 15% mais cara do que estava há 2 anos atrás.** Os outros combustíveis seguem a mesma tendência de subida.

Nada disto tem a ver com o preço do petróleo. Tudo isto resulta do aumento de impostos decretado pelo Governo. **Conclusão: temos dos combustíveis mais altos da Europa e muito mais altos que a vizinha Espanha.** Combustíveis mais altos significam transportes mais caros, aumento do preço dos bens essenciais e perda de poder de compra das pessoas.

• **Défice Externo** – Em 2004 o nosso défice externo situava-se em 5,7% do Produto Interno Bruto. Em 2006 agravou-se. Passou para 8,7%. É o valor mais alto desde 2001. **Esta é a prova de que em 2 anos a nossa economia perdeu competitividade.**

• **Dívida Pública** – Em 2004, a dívida pública ascendia a 58,6% do Produto Interno Bruto. Em 2006, agravou-se. Subiu de 58,6% para 67,4%. Em dois anos houve um agravamento de quase 10 pontos percentuais. **Estamos a comprometer seriamente o futuro das próximas gerações.**

• **Saúde** – A saúde está hoje mais cara e mais distante das pessoas.

Em 2 anos o preço dos medicamentos subiu 6,6%. Mais de

trezentos medicamentos deixaram de ser comparticipados pelo Estado. O mercado de genéricos, medicamentos tão eficazes quanto os outros e mais baratos, depois de uma expansão entre 2002 e 2004, estagnou. **E desde Janeiro deste ano passou a ser obrigatório pagar uma taxa por um internamento hospitalar ou por uma cirurgia.**

A saúde está também mais distante das pessoas. Com a catadupa de encerramentos de serviços de atendimento permanentes, de extensões de saúde e de serviços de urgências, o que as pessoas sentem hoje, é a saúde mais distante e mais difícil, **especialmente para os idosos, os pensionistas e os reformados. Conclusão: a saúde está hoje pior do que estava há 2 anos atrás.** Não há nenhum Português que não assista hoje ao agravamento dos serviços de saúde, situação que cria instabilidade nos serviços e que gera intranquilidade nas populações.

• **Poder de Compra** – Em dois anos o poder de compra dos Portugueses baixou 4,8% em relação ao poder de compra dos Europeus. Agravou-se o poder de compra dos salários e das pensões. As famílias têm hoje orçamentos mais curtos. **É assim que se agravam as desigualdades sociais.**

• **Solidariedade Social** – Há 2 anos o Governo prometeu criar o chamado Complemento Solidário para Idosos. Era a promessa de atribuir um complemento de reforma a 300 mil idosos.

Dois anos depois, só 20 mil idosos

beneficiam desta regalia. Menos de 10% do que foi prometido. Duzentos e oitenta mil continuam à espera da promessa que não se cumpre.

Com o inferno burocrático que o Governo criou para aceder a este benefício – impressos e mais impressos para preencher por pessoas idosas – **é bom de ver que estamos perante mais uma promessa que pura e simplesmente é lançada às urtigas.**

• **Cultura** – Há dois anos a grande promessa era a de fazer com que o Orçamento da Cultura atingisse 1% do Orçamento do Estado. **Dois anos depois sucede o contrário. O Orçamento da Cultura baixou de 0,7% em 2005 para 0,4% em 2007, exactamente a evolução contrária à prometida.** A consequência mais visível desta asfixia é o fim da Festa da Música que foi, durante anos, um acontecimento cultural de elevada repercussão.

Após 2 anos de Governo Sócrates, o que temos é menos economia, menos investimento, menos poder de compra dos salários e das pensões, menos saúde e menos cultura.

Por outro lado, temos mais desemprego, mais impostos, combustíveis mais altos, medicamentos mais caros e maiores desigualdades sociais.

Tudo isto são factos. Factos rigorosos e indesmentíveis. Factos que têm a ver com o dia a dia das pessoas. Factos que provam que o Governo prometeu e não cumpriu. Factos que demonstram que Portugal está a andar para trás.

Bem pode a propaganda do Governo tentar esconder os factos ou apresentá-los em tons cor-de-rosa. A verdade é que, em cada dia que passa, eles tornam-se mais evidentes e são cada vez mais incómodos.

Portugal merece mais e os Portugueses muito melhor.

Há um fosso enorme entre o Portugal Real e o País imaginário de que fala Sócrates

Caros Amigos, ao fim de 2 anos de Governo Sócrates há um **fosso enorme** entre o País de que o Primeiro Ministro fala e o País onde os Portugueses vivem.

O Primeiro Ministro fala de recuperação. A verdade é que quem está em recuperação é a Europa e Portugal não a consegue acompanhar.

O Primeiro Ministro diz que vamos no bom caminho. A verdade é que todos os anos Portugal baixa de divisão na Europa e os Portugueses, na comparação com os Europeus, estão mais pobres e mais endividados.

O Primeiro Ministro fala de estratégia para o futuro. A verdade, porém, é que o Governo não tem qualquer estratégia para pôr o País a criar riqueza. Este Governo limita-

se a gerir o empobrecimento de Portugal. Sem objectivo, sem alma e sem ambição.

O Primeiro Ministro faz uma festa com o aumento de umas décimas na nossa taxa de crescimento económico, quando todos os outros Países crescem muito mais do que nós. Só um socialista, deslustrado com o poder, se lembraria de comemorar o facto de em cada ano que passa ficarmos mais perto da cauda da Europa.

O Primeiro Ministro tenta esgrimir contra o aumento do desemprego. É um Primeiro Ministro insensível, sem respeito pelas pessoas que caem nas malhas do desemprego. Um Primeiro Ministro que não quer ver a realidade das fábricas que todas as semanas fecham, das empresas que saem de Portugal, dos milhares de desempregados que procuram um posto de trabalho.

Mas há pior. Há uma realidade que voltou a instalar-se em Portugal. **Refiro-me à emigração.** Voltámos aos anos 60 e 70. Ao século passado. **Todos os dias é maior o número de Portugueses que têm de emigrar, para Espanha e para outros Países, à procura de trabalho. São já vários milhares de Portugueses que não conseguem um emprego e têm de sair de Portugal.**

Isto era o que sucedia no tempo da ditadura, mas que tinha terminado com a democracia. Foi preciso chegar ao poder um Governo Socialista para os Portugueses voltarem a ter necessidade de emigrar.

Caros Amigos, a propaganda tenta iludir o País com a ideia de reformas. Quem ouve os socialistas e os seus amigos na comunicação social parece que este Governo é o campeão das reformas.

Uma promessa é uma reforma. Um anúncio é uma reforma. Um discurso é uma reforma. Um decreto-lei é uma reforma. Tudo serve para fazer propaganda. Tudo serve para iludir e tentar adormecer. **Só que a propaganda não resiste à verdade dos factos.**

O PRACE era a grande reforma do Estado. Dois anos depois, PRACE nem vê-lo.

As Universidades precisam de ser reformadas. Dois anos depois a reforma está no segredo dos gabinetes.

O Plano Tecnológico era a grande reforma. Dois anos depois continua um mero *power point*.

A Educação precisa de ser reformada. Dois anos depois, temos frenesim a mais e reformas a menos. O que vemos é professores mal tratados, desprestigiados e minados na sua autoridade. Dois anos depois continua a chaga do abandono escolar, dos maus resultados académicos, da falta de rigor e de exigência nas nossas escolas.

A Saúde precisa de ser reformada. O que vemos são avanços e recuos, contradições e zigzagues, asneiras e disparates. Ninguém percebe a



estratégia, a política e o fio condutor. É a confusão total servida num prato de verborreia e de muita agitação.

Na Segurança Social a reforma tão apregoada pelo Governo saldouse num modesto remendo. À boa maneira guterrista, não se fez nenhuma reforma. Baixaram-se sim as pensões de reforma, adiu-se o problema, à espera que um próximo Governo tenha a coragem de fazer o que este lamentavelmente não fez.

Chamar reformista a um Governo assim é uma fraude. Uma fraude que a propaganda alimenta mas que a prática não confirma e os maus resultados da governação desmentem.

Caros Amigos, os resultados da governação são maus. Mas a forma de governar não é melhor. Há 3 características que provam bem o modo de governar deste Primeiro-Ministro.

Em primeiro lugar, um projecto de poder. O que este Primeiro-Ministro tem é um projecto de poder. De acumulação de poder, de controlo do poder, de perpetuação no poder. Tudo serve ao Primeiro-Ministro para angariar mais poder. É na justiça, é nas polícias, é na investigação criminal, é na comunicação social, é nos centros de decisão económica. É a tentativa de tudo controlar em nome de um único propósito – o poder pelo poder. Mais até que um projecto partidário, é um projecto de poder pessoal do Primeiro-Ministro. Nunca

se viu em Portugal um projecto tão forte e tão perigoso de controlo de poder. É do mais grave que está a suceder.

Isto não é autoridade. Isto é abuso de poder. Em nome de uma alegada coordenação o que se quer é controlar e vigiar, cercar a liberdade de iniciativa, asfixiar a sociedade, limitar a intervenção de quem pensa de modo diferente do pensamento oficial. Isto não é uma questão partidária. É uma questão de democracia.

Em segundo lugar, o estilo do Primeiro-Ministro é o de permanentemente virar Portugueses contra Portugueses.

Um dia faz o discurso contra os professores. Noutro dia vira-se contra os autarcas. Noutro momento ataca os magistrados. A seguir vêm os militares. Depois, os alvos são os funcionários públicos.

Tudo é feito em nome de uma alegada quebra de privilégios, como se, de repente, tivéssemos passado a ser um País de privilegiados. O objectivo é claro: explorar à exaustão o sentimento da inveja nacional e tentar encontrar sempre bodes expiatórios para os males que existem e para a incapacidade do Governo a resolvê-los.

Para o Primeiro-Ministro o Governo nunca tem culpa de nada. A culpa é sempre dos outros.

Este estilo de provocar conflitos artificiais – virando Portugueses contra Portugueses – pode dar

simpatia fácil e ajudar a dividir para reinar. Mas é um exercício do mais nefasto populismo.

Não resolve problema nenhum. Mas mina a confiança, a motivação e a autoridade de quem serve o Estado e as suas instituições.

Em terceiro lugar, a grande obsessão do Governo está nos investimentos faraónicos. A OTA é mesmo o grande exemplo.

Tenho dúvidas de que os Portugueses estejam cientes do que realmente se está a passar. Mas o que se passa é grave.

O que o Governo está a fazer com a OTA é a tentativa de criar um facto consumado. Contra a opinião dos técnicos, especialistas e da maioria dos Portugueses o Governo está, pela calada, a fazer com que a OTA se torne uma decisão irreversível.

E, todavia, estamos na iminência de fazer um erro colossal.

Mesmo para quem considere que um novo aeroporto é necessário e urgente, temos de ter em consideração o seguinte:

- **A OTA é uma solução cara de mais.** Há soluções muito mais baratas. Há outros locais onde os terrenos já são do Estado e não precisam de ser comprados ou expropriados;

- **A OTA é uma solução demorada.** Cerca de 2 anos a mais são necessários para remover terras e colocar milhares de estacas para garantir a solidez dos terrenos;



soluções mais baratas, mais rápidas e mais seguras. E sem esquecer uma última razão: estamos a falar de um investimento que não compromete só este Governo. Compromete os próximos Governos e os próximos Orçamentos. Ora, o Estado é de todos, financiado por todos os Portugueses. O Estado não é uma coutada do Partido Socialista.

É necessário baixar alguns impostos

Caros Amigos, ao longo destes 2 anos não nos limitámos a criticar.

Apresentámos diversas propostas de políticas diferentes e alternativas. Na

Justiça, na Educação, na Segurança Social, quanto à Reforma do Estado, no combate à corrupção, no domínio fiscal, no apoio às Pequenas e Médias Empresas.

Mas hoje, a meio da legislatura, o que mais me preocupa é o estado da nossa economia, é o crescimento do desemprego, é a vida de milhares de pequenas e médias empresas que têm muitas dificuldades em sobreviver, é a vida económica que nas zonas de fronteira se está a passar para Espanha.

Ninguém pode ser insensível ao que se está a passar. E nós, no Partido Social-Democrata, temos de dar o nosso contributo para ajudar a mudar esta situação.

É em nome do interesse do País,

que quero convidar publicamente o Governo a acolher duas propostas concretas:

Primeira: no domínio do IVA. Propomos que a taxa de 21% do IVA passe desde já para 20% e que até ao fim da legislatura seja novamente reduzida pelo menos para 19%.

Segunda: no domínio do IRC. Propomos que a taxa de 25% do IRC passe desde já para 22% e que até ao fim da legislatura seja novamente reduzida para 20%.

São 2 propostas muito concretas que não comprometem as finanças públicas e que terão o efeito de aliviar a vida das pessoas e das empresas e dar um sinal positivo para o investimento e para o combate ao desemprego. Duas propostas que vêm na linha que sempre defendemos. Aliviar a carga fiscal que pesa sobre as nossas empresas e que penaliza a sua competitividade.

Ainda há poucos dias vi um membro do Governo dizer que talvez tenha sido exagerado o aumento de impostos que foi decretado há dois anos atrás. A nosso ver foi, e muito. Dissemo-lo na altura e as consequências estão à vista.

Pois bem. Tem o Governo agora a oportunidade, acolhendo estas propostas, de ir ao encontro da grande preocupação dos Portugueses – reanimar a economia e combater o desemprego. Dar um estímulo às nossas empresas, contribuir para a melhoria da sua competitividade, diminuir progressivamente o diferencial das taxas do IVA em relação a Espanha.

É esta a nossa atitude. Ser oposição firme mas responsável. Fiscalizar o Governo com firmeza. Servir com responsabilidade o

interesse nacional.

Queremos um País com ambição. Não nos resignamos perante um País de braços caídos.

Queremos um País que cresce, que crie riqueza e que converge com a Europa. Não um País que cada vez se afasta mais do nível de vida dos Europeus.

Queremos fazer de Portugal um País mais rico. Porque os Portugueses têm direito a uma sociedade mais justa e mais culta.

Queremos que os Portugueses sintam confiança, esperança e orgulho. Confiança em si próprios, esperança no seu futuro, orgulho em serem Portugueses.

Caros Amigos, falei-vos do País. Porque o País é que conta.

Mas fiz questão de o fazer perante dirigentes concelhios e distritais do Partido, envolvendo neste trabalho de balanço a colaboração do nosso Grupo Parlamentar.

A todos agradeço.

Que me recorde é a primeira vez que se faz um encontro nacional com responsáveis concelhios do Partido Social-Democrata.

Mas acho que é muito importante.

Percoo permanentemente o País de Norte a Sul. Sei o vosso trabalho e conheço as dificuldades que têm. Acima de tudo, sei que a vossa militância e o vosso exemplo são indispensáveis.

Indispensáveis a um bom trabalho político, a uma oposição credível, há reconciliação com os Portugueses que nos hão-de levar à vitória.

Conto convosco para esta tarefa. Esta é uma tarefa de todo o Partido. Uma tarefa que é feita em nome de Portugal.

– Gab. Presidente

• **A OTA tem problemas de segurança.** A existência de ventos laterais na região tornará o novo aeroporto vulnerável e inseguro;

• **Há soluções alternativas** que pura e simplesmente não foram estudadas nem avaliadas;

• E, pior do que tudo isto – **a OTA tem um prazo de vida limitado. Daqui a 30 ou 40 anos está esgotado e não tem possibilidades de expansão.**

Vale por isso a pena perguntar: vai-se fazer um aeroporto num local onde daqui a 30 anos ele não pode expandir-se? Vai-se fazer um aeroporto mais caro, quando é possível fazer mais barato? Vai-se fazer um aeroporto onde há problemas de segurança para os aviões? Há soluções alternativas e não são analisadas?

Perante isto, qualquer pessoa de bom senso dirá: pare-se para analisar melhor. Não se gastem mais de 3 Mil Milhões de Euros numa solução que pode ser um verdadeiro desastre. Toda a gente percebe isto. Só o Governo é que teima no seu capricho, à custa do dinheiro de todos os Portugueses.

A teimosia do Governo é tal que não resiste a estas interrogações muito simples: porquê tanta pressa? Que interesses estão a condicionar uma opção que ninguém apoia? São os interesses dos grupos construtores? São os interesses dos Bancos financiadores? Seguramente que não. Na OTA ou noutra local haverá sempre construção e financiamento.

São os interesses dos proprietários dos terrenos? Não sei. O que sei é que nada disto tem a ver com o interesse nacional.

Toda esta questão do novo aeroporto é de uma gravidade extrema. Por isso, decidi pedir uma audiência ao Senhor Presidente da República. Porque ainda há tempo para uma decisão diferente, sustentada num consenso técnico, económico e político e construída na base de



Marques Mendes compreende manifestação contra o Governo, que levou mais de 100.000 para a rua

O líder do PSD admitiu, no princípio do mês que compreendia “de alguma forma” as dezenas de milhar de trabalhadores que se manifestaram em Lisboa contra as políticas do Governo, considerando que as pessoas têm razões para estarem preocupados.

“Compreendo-as” - disse o líder social-democrata - em declarações aos jornalistas à saída de mais um do grande programa de debates sobre a revisão do programa do nosso partido.

Classificando o protesto como “uma das maiores manifestações alguma vez realizadas”, Marques Mendes assinalou que as pessoas que protestaram por algumas das principais artérias de Lisboa não eram “apenas e só militantes da CGTP”, mas também “milhares de pessoas sem nenhuma militância, sem filiação partidária e mesmo filiadas em partidos de cor política diferente, mas que sentem na carne e no espírito a frustração e os receios causados pelo descalabro a que este Governo conduz o País”, disse.

Segundo números avançados pela polícia, participaram na manifestação para protestar contra a política laboral e social seguida pelo Governo, mais de 100 mil pessoas, entre funcionários públicos e trabalhadores do sector privado.

“As pessoas têm razões para estar preocupadas”, acrescentou Marques Mendes, apontando o fraco crescimento económico de Portugal nos últimos anos e o aumento desproporcionado da carga fiscal, bem como da taxa de desemprego, como alguns dos motivos para essa preocupação.

“As pessoas não vêem nem uma restea de luz ao fundo do túnel”, sublinhou ainda.

Durante a sua intervenção no debate sobre a revisão do programa do PSD, Marques Mendes tinha já deixado críticas às políticas do Governo socialista e à forma como reage aos problemas.

“Não se actua para ganhar, mas para perder por pouco (...). Não há um objectivo, uma meta, um espírito de ambição”, lamentou, considerando que sem esse espírito de ambição, Portugal “não irá a lado nenhum”.

Falando perante algumas centenas de militantes do partido, Marques Mendes recuperou ideias do seu discurso de quinta-feira, em Viana do Castelo, mas aproveitando para fazer um apelo ao debate de ideias,



considerando que um partido só pode ser coerente se tiver “um pensamento estruturado”.

Antes do líder social-democrata, uma das intervenções do debate foi a do militante número Um do partido, Francisco Pinto Balsemão, que destacou a natureza inter-classista do PSD e a sua inclinação para o “centro-esquerda”.

“Visto que não há nada nem ninguém que se situe rigorosamente ao centro, em política, somos mais do centro-esquerda do que do centro-direita”, afirmou Balsemão. – **PL; Gab. Imp. PSD**

O Presidente elogia esforço de Bruxelas para concretizar o Mercado Europeu da Energia

No passado dia 6, o líder do PSD, Marques Mendes, elogiou o esforço da Comissão Europeia para criar um mercado europeu da energia e adiantou que o Governo português terá o seu apoio, se seguir a linha defendida por Bruxelas.

As declarações de Marques Mendes foram proferidas após ter sido recebido pelo Primeiro-ministro, José Sócrates, em São Bento -

encontro que durou cerca de hora e meia e que se destinou a preparar a próxima cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia.

Numa alusão a um dos principais objectivos políticos do presidente da Comissão Europeia - a política energética - Marques Mendes classificou como “muito positivo” o trabalho desenvolvido por Bruxelas neste domínio.

“A criação de um mercado europeu de energia é essencial” para a União Europeia, declarou o presidente do PSD, sublinhando que o nosso partido “acompanha” as preocupações de Bruxelas.

Segundo Marques Mendes, Portugal “está à vontade no domínio da utilização de energias alternativas”, sublinhando que os sectores hídrico e eólico “apresentam grandes potencialidades” de crescimento.

“Portugal pode acompanhar as preocupações da Comissão Europeia nesta área.

“Se o Governo português assim fizer, terá o nosso aplauso”, assegurou o líder social-democrata.

Na perspectiva de Marques Mendes, em consequência “do trabalho relevante” de Bruxelas, “a

União Europeia já esteve mais longe da sua aspiração de criar um mercado europeu da energia.

“A cada passo diz-se que a União Europeia está a perder terreno ao nível da competitividade - e isso em parte é verdade em alguns pontos. Mas, no domínio da energia, a Comissão Europeia introduziu com muita força este tema” na agenda dos governos dos 27 Estados-membros, frisou o presidente do PSD.

Interrogado sobre a evolução da estratégia de Lisboa, para a modernização económica da União Europeia, o presidente do PSD referiu que, no plano teórico, se trata de “um bom caminho”, embora “os seus objectivos estejam aquém das expectativas.

No que respeita à estratégia de Lisboa, “temos de reconhecer que estamos longe dos objectivos em matéria de competitividade e de tornar a União Europeia o principal bloco do mundo na economia”, acentuou o presidente do PSD.

Já sobre a introdução do modelo da “flexigurança” na legislação laboral europeia, Marques Mendes limitou-se a dizer que se trata de um assunto que se encontra ainda “em fase de debate”. – **Fonte e foto: Lusa**



Mais um “golpe” de mágica do Governo adia pela 9ª vez novos horários Braga-Porto-Algarve

O deputado do PSD eleito por Braga, Jorge Costa, criticou no princípio do mês, a “ineficiência e incompetência” demonstrada pelo Governo, depois da CP ter falhado pela nona vez a entrada em vigor dos novos horários no eixo Braga-Porto.

“Não há nada que justifique este nono adiamento, que é uma demonstração da ineficiência e incompetência do Governo nesta matéria”, afirmou o deputado social-democrata e antigo secretário de Estado das Obras Públicas, em declarações à Imprensa.

O nono adiamento da entrada em vigor dos novos horários no eixo Braga-Porto, que previam comboios directos entre o Porto e Lisboa em 2h e 35m; e o Porto-Algarve em 5h e 50m., foi noticiado na comunicação social, que adiantava que a promessa do Governo vai ficar por cumprir porque a REFER “não aceita a proposta da CP para reduzir os tempos de percurso”.

“A nova oferta devia começar a 10 de Março, mas foi adiada para Abril. As razões do adiamento são idênticas às da última tentativa, em

Dezembro passado: a REFER, que é a ‘proprietária’ dos canais horários, não validou a proposta da CP por querer manter margens de tempo suplementares destinadas aos trabalhos de modernização da linha do Norte que, contudo, só deverão reiniciar-se em 2008”, refere, por exemplo, o Público.

Ainda segundo o jornal, “a promessa de que em Dezembro de 2006 Lisboa a e Porto estariam a distância de duas horas e meia foi feita pela secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, em Maio do ano passado e reafirmada em Outubro”.

Instado a comentar estes adiamentos, Jorge Costa lamentou a “falta de vontade do Governo em resolver esta questão”, lembrando que “está em causa a devida utilização de um investimento que já foi feito com o dinheiro dos contribuintes”.

Jorge Costa adiantou ainda que a única justificação que encontra para esta situação é “o Governo estar a evitar reduzir o tempo de viagem para lhe ser mais favorável uma futura comparação com os tempos que o



TGV conseguirá realizar”.

“Quanto mais tempo a viagem demorar agora, mais favorável será a comparação com o tempo que o TGV irá fazer”, sublinhou.

O antigo secretário de Estado das Obras Públicas salientou ainda que

estes sucessivos adiamentos correspondem a uma “bom demonstração” da forma de actuação do Governo, “sempre célere a anunciar obras e investimentos”, mas que na hora da concretização falha. - **Gab. Imp. GP/PSD**

PSD alerta para a possível destruição da agro-indústria do tomate



Na semana passada o deputado por Santarém e presidente da CPD local, Vasco Cunha, numa intervenção política no Parlamento, interpelou o Ministro da Agricultura

e Desenvolvimento Rural, sobre os problemas resultantes das eventuais resoluções europeias sobre a agro-indústria portuguesa do tomate, afirmando:

No âmbito da reforma da PAC – iniciada em 2003 – a Comissão para a Agricultura apresentou, em Janeiro último, uma proposta de reforma da Organização Comum de Mercado (OCM) das frutas e hortícolas.

De acordo com esse anúncio, o objectivo da Comissão Europeia visa o “reforço da competitividade e da orientação de mercado do sector, reduzir as oscilações de rendimento devido às crises, aumentar o consumo, melhorar a protecção ambiental, simplificar as regras e reduzir a carga administrativa”.

Em suma, o que está em causa, à semelhança do que se verificou nos outros sectores (já reformados) é um desligamento total, ou eventualmente parcial, das ajudas à produção.

Pretende-se assim, que os actuais produtores de tomate passem a receber os apoios – calculados com base num histórico – deixando de ser obrigatório manter as suas produções de tomate, podendo simplesmente conservar os campos em boas condições agrícolas, ou optar por qualquer outra cultura.

O desligamento das ajudas à produção pode implicar uma quebra fatal na produção, o que no caso do tomate para transformação terá consequências nefastas para uma indústria que hoje se apresenta competitiva e com grande capacidade de exportação.

Assim, o panorama que irá resultar da actual proposta de reforma da OCM das frutas e hortícolas é profundamente preocupante para Portugal.

De facto, ao longo de 10 anos, assistiu-se a um movimento de concentração, consubstanciado numa significativa redução do número de

produtores e num aumento da área cultivada.

Por conseguinte, a área média por produtor cresceu, o que permitiu o desenvolvimento de economias de escala, com repercussão na produtividade das explorações e no sector em geral.

Há, por isso, um reconhecimento geral sobre a modernização, o desenvolvimento e o reforço da competitividade, quer do sector produtivo do tomate, quer da indústria associada.

Todavia, após um significativo esforço para chegar a este patamar, todo este sector pode estar agora em causa.

A sobrevivência da indústria nacional de tomate depende exclusivamente da produção nacional, proveniente dos mais de 15 mil hectares ocupados (particularmente na região do Ribatejo), representando mais de 5 mil postos de trabalho, gerando 140

milhões de euros anuais, dos quais mais de 90% resultam de receitas das exportações.

Estamos, assim, em risco de perder um sector produtivo, cuja competitividade a nível europeu é evidente, e que poderá arrastar uma indústria fortemente direccionada para a exportação, que muito tem contribuído para o valor acrescentado bruto da economia nacional.

Neste contexto, sabemos, que o Senhor Ministro da Agricultura já manifestou publicamente a sua preocupação, tendo defendido (e cito)

“um período de transição em que as ajudas não sejam completamente desligadas da produção, para que as nossas fábricas também tenham um período de adaptação à própria evolução do mercado.” (fim de citação)

Face ao exposto, torna-se imperioso saber quais foram as diligências tomadas pelo Governo português com vista a influenciar – de forma positiva – a proposta de reforma da Comissão Europeia, porque a argumentação portuguesa não pode ter uma interpretação

diferente em Bruxelas e em Lisboa.

Assim sendo, quais são as propostas concretas que o Ministério da Agricultura pretende apresentar à Comissão Europeia para evitar a possível extinção do sector?

Qual o modelo alternativo, defendido por Portugal, para a reforma da OCM em causa, para além do período de transição já referido pelo Senhor Ministro da Agricultura? Há desligamento total ou há desligamento parcial?

Qual foi a receptividade que a Comissão Europeia demonstrou para

alterar a proposta de Janeiro passado? E quais os mecanismos previstos para minimizar os impactos económicos e sociais das regiões mais afectadas e a potencial falência das indústrias nacionais?

Qual é a possibilidade de Portugal se aliar, aos restantes países europeus produtores de tomate, de modo a que a proposta de reforma da OCM do sector

das frutas e hortícolas não implique as ajudas completamente desligadas da produção? - **Gab. Imp. GP/PSD**

O PSD tentou humanizar e melhorar a lei do aborto, que “saiu” do Sim no referendo, que era descriminalizador—mas que a Esquerda transformou em liberalização real



O grupo parlamentar do PSD entregou no princípio do mês, antes da decisão final sobre a nova Lei do Aborto, uma proposta para alterar a lei, que previa uma consulta destinada a dissuadir a mulher de interromper a gravidez.

Em conferência de imprensa no Parlamento, o líder parlamentar do PSD, Marques Guedes, defendeu que o Estado tem o dever de “tutelar o direito à vida” e que a consulta proposta deve assim “encorajar a mulher grávida e evitar a interrupção”.

O diploma que altera o Código Penal estipula um período de reflexão não inferior a três dias a contar da data da realização da “primeira consulta

de aconselhamento”.

Nesta consulta, deve ser facultada “à mulher informação relevante que lhe possa abrir perspectivas para o efectivo exercício do direito de livre opção entre a interrupção da gravidez e as alternativas de um projecto de vida para a criança”.

“A nossa proposta é um teste à boa-fé e ao respeito dos socialistas pela palavra dada durante a campanha referendária”, afirmou em conferência de Imprensa Marques Guedes, que estava acompanhado pela deputada Ana Manso e pelo deputado Aguiar Branco.

O outro diploma entregue pelo PSD estabelecia que o Governo deve definir em decreto-lei os termos da

“consulta, do aconselhamento e do acompanhamento”, propondo que seja facultada à mulher informação sobre “as condições de apoio que o Estado pode dar à prossecução da gravidez e à maternidade, bem como os regimes de adopção e de acolhimento familiar”.

O líder parlamentar do PSD afirmou que o “aconselhamento dissuasor” proposto “segue de perto a legislação alemã” e “as boas práticas da legislação europeia” e recusou que ponha em causa a liberdade da mulher.

“A liberdade pressupõe responsabilidade e a responsabilidade pressupõe esclarecimento”, afirmou.

“O que está em causa é saber se a

consulta será uma consulta anódina e árida ou se é uma consulta onde haja aconselhamento no sentido de encorajar que não haja essa interrupção”, afirmou, pois ao fim e ao cabo, o “sim” foi sempre defendido como uma forma de evitar o aborto clandestino e de não de liberalizar incondicionalmente a interrupção da gravidez

Marques Guedes defendeu ainda que “os profissionais” que farão o aconselhamento dissuasor não devem ser os mesmos que farão a interrupção da gravidez.

“Esperamos que haja na regulamentação da lei a necessidade de uma separação dos profissionais que intervêm no aconselhamento e aqueles que intervêm na interrupção”, disse.

O líder parlamentar social-democrata afirmou que os deputados do PSD, que tiveram na campanha referendária posições diferentes sobre a matéria, “estão agora unidos” relativamente “à exigência de equilíbrio na ponderação e regulamentação da lei”.

Para Marques Guedes, a proposta apresentada pelo PS, acordada com o PCP, Bloco de Esquerda e “Os Verdes”, “é sectária” e “viola compromissos assumidos na campanha referendária pelos principais rostos da campanha” do ‘sim’ no referendo.

Infelizmente, a votação combinada da esquerda chamada moderada, com a extrema esquerda, adoptaram a solução extremista e que permite que o aborto liberalizado, passe a ser um método de contracepção normal, em vez de uma solução de extremo recurso! – **GP/PSD e PL**



PSD sozinho na defesa de que seja o Presidente a nomear entidades reguladoras

O PSD ficou sozinho, no passado dia 2, na defesa da sua proposta para que a competência pela nomeação das entidades reguladoras passe do Governo para o Presidente da República, que foi rejeitada por todos os outros partidos.

“Propomos que a nomeação de tais membros caiba ao Presidente da República”, declarou no Parlamento o social-democrata Hugo Velosa, sublinhando que ao Governo “deve continuar a competir formular propostas de nomeação dos órgãos de direcção das entidades reguladoras”.

“Por outro lado”, acrescentou o deputado, o PSD sugere “que a decisão de nomeação seja precedida pela realização de uma audição pública na comissão parlamentar competente”.

Hugo Velosa citou uma afirmação do ex-Chefe de Estado Jorge Sampaio, em Dezembro de 2004, defendendo que “o Governo deveria propor e o Presidente da República deveria designar” as entidades reguladoras com uma afeição “pelo Parlamento”.

Contudo, o PS e a restante oposição acusaram o PSD de querer presidencializar a nomeação dos membros das entidades reguladoras em vez de reforçar a sua independência e consideraram inconstitucional a atribuição desse novo poder ao Presidente.

Foi referido o artigo 133.º da Constituição, que estabelece as competências presidenciais “relativamente a outros órgãos”, prevendo a nomeação do Primeiro-ministro e do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, entre outras, sem incluir as entidades reguladoras.

No final da discussão, Hugo Velosa argumentou que o PS “esqueceu o conceito do ex-Presidente Jorge Sampaio” e que os partidos concordam com a “excessiva governamentalização” das entidades reguladoras mas invocam “questões formais, muitas delas ultrapassáveis na especialidade” para rejeitar a proposta do PSD. – **GP/PSD**



PSD acusa Governo de transformar o sector empresarial Estado em “boyzone”



Ainda no princípio do mês, o PSD acusou o Governo, de ter transformado o sector empresarial do Estado numa “verdadeira boyzone”, sublinhando que o executivo gastou mais de três milhões de euros a exonerar gestores públicos para nomear outros da sua confiança política.

“As exonerações provocaram indemnizações compensatórias superiores a três milhões de euros. Quem diz isto é o Tribunal de Contas nas suas últimas auditorias”, criticou o deputado do PSD, José Manuel Ribeiro, durante um debate no Parlamento sobre a alteração do regime jurídico do sector empresarial do Estado.

A proposta de lei do Governo, que pede à Assembleia da República uma autorização legislativa para alterar o regime do sector empresarial do Estado, visa harmonizar este regime com o novo estatuto do gestor público e assegurar a contenção da despesa pública e rigor na gestão dos recursos.

No entanto, se os princípios da proposta mereceram concordância genérica da oposição, a concretização da lei levantou algumas dúvidas graves ao PSD, que foi acompanhado pela restante Oposição.

“Bem pode este diploma falar em contenção e rigor. A verdade é que o Governo, na sua prática faz exactamente o contrário”, acusou José Manuel Ribeiro.

O PCP, através do deputado Honório Novo, manifestou dúvidas sobre a figura de administrador independente, enquanto o Bloco de Esquerda, pelo deputado João Semedo, lamentou que o estatuto do gestor público ainda não tenha sido aprovado.

“Para fazermos este jogo temos de ter todas as peças do puzzle”, disse. José Paulo de Carvalho, pelo CDS-PP. – **Gab. Imp. GP/PSD**

Intervenção sobre a corrupção em Portugal

Deputado Fernando Negrão
Assembleia da República, 8 de Março de 2007

(...)

Portugal não é um país de corruptos.

Na tabela da ONG/transparência Internacional, reconhecida pelas Nações Unidas, Portugal situa-se muito longe dos países mais corruptos, embora aquém dos mais desenvolvidos do ponto de vista económico e social e com os quais mais nos identificamos.

E identificamo-nos pela qualidade de vida revelada através da existência de mais liberdade, mais objectividade, mais transparência, mais justiça social e menos, muito menos, opacidade de critérios, desorganização dos serviços públicos e recurso à “palavra amiga”.

Diz-nos o Banco Mundial, que a corrupção acaba por resultar numa penalização para as famílias com menos rendimentos: pagam mais impostos do que deveriam e uma parte dos seus rendimentos é gasto em subornos para terem acesso aos serviços públicos.

E acrescenta, no que respeita ainda a esta questão de “controlo e corrupção”, que melhorando o nosso país a sua governação subiria na já referida tabela para o nível da Finlândia, ou seja, para o lugar cimeiro dos países menos corruptos.

A corrupção é pois um mal que corrói a confiança dos cidadãos nas instituições, fragiliza as suas referências éticas, mina as obrigações de cidadania e afecta, de forma muito séria, a qualidade da própria democracia.

(...)

Sugerimos iniciativas, avançamos com propostas concretas de reforço de meios, temos iniciativas legislativas que contemplam o combate à corrupção nas áreas preventiva e repressiva.

Nada disto foi feito numa perspectiva partidária, por considerarmos a corrupção como um verdadeiro problema nacional, cujo combate deve unir e não dividir.

Da maioria socialista esperava-se a natural receptividade a este agitar de águas.

Mas os sinais não têm sido encorajadores.

Além de omissões, quando não a pura e simples rejeição, sem justificação ou fundamento, vemos agora o Governo Socialista numa frente essencial ao combate à corrupção – a investigação criminal



–, anunciar medidas que suscitam apreensão e perplexidade.

Esperamos a sua necessária correcção e clarificação, ao mesmo tempo que deixamos claro que nada nos demoverá de continuar a manter o combate à corrupção como uma prioridade da agenda política.

Neste sentido e conscientes da necessidade de prosseguir uma política de tolerância zero para com o fenómeno da corrupção e dos demais crimes cometidos por funcionários e responsáveis políticos no exercício das suas funções, estamos atentos aos anseios da sociedade e das empresas, cientes da necessidade de defesa das vítimas e firmes na realização de uma política que anule os proveitos do crime.

(...)

Dispõe o art. 20º da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, já aprovado pelas autoridades nacionais, sob a epígrafe “Enriquecimento ilícito”, o seguinte:

“Com sujeição à sua Constituição e aos princípios fundamentais do seu ordenamento jurídico, cada Estado Parte considerará a possibilidade de adoptar as medidas legislativas e de outra índole que sejam necessárias para qualificar como delito, quando cometido intencionalmente, o enriquecimento ilícito, ou seja, o incremento significativo do património de um funcionário público relativos aos seus rendimentos legítimos que não possam ser razoavelmente justificados por ele”.

Recorda-se, de novo, que esta Convenção está já aprovada pelo nosso País.

O que não está é concretizado o seu conteúdo.

E o que é verdade é que a sociedade sente que existe uma perigosidade associada à disparidade manifesta entre os rendimentos de um servidor do Estado e o seu património ou modo de vida.

Quando tal acontece, há um sentimento de indignação e alarme social, e a generalidade das pessoas formula um claro juízo de censura.

A lei criminal deve, por isso, tutelar este juízo de perigosidade.

Pese embora esta matéria tenha sido longamente falada e polemizada pelo Partido Socialista, a verdade é que recuaram, não se conhecendo nenhuma proposta dos seus Deputados sobre esta matéria.

Sabemos que o Partido Comunista apresentou uma iniciativa legislativa que contempla, igualmente, aquilo a que chama de “enriquecimento injustificado”.

Há que dizê-lo com clareza. A proposta comunista não pode merecer a nossa concordância, desde logo por directamente ferir princípios constitucionais, ao imputar ao acusado a obrigação de ser ele próprio a ter que justificar a forma e o momento desse enriquecimento. Isto seria uma clara violação do princípio da presunção da inocência consagrado no art. 32º nº 2 da Constituição da República Portuguesa.

Mas não tem de ser assim. Sabemos que o caminho é estreito. Mas sabemos, igualmente, que é uma exigência nacional começar a trilhar esse caminho.

E já o começámos a fazer, quando apresentámos a iniciativa legislativa que cria a nova medida de coacção de apreensão de bens do investigado, com base no pressuposto de existência de disparidade manifesta entre os seus rendimentos e o seu património ou trem de vida.

Mas achamos que é nossa obrigação ir, ainda, mais longe.

Neste sentido e acautelando sempre os princípios fundamentais e constitucionais, vamos apresentar um Projecto de Lei que criminaliza o “enriquecimento ilícito”, no qual caberá à acusação a construção, bem como a prova dos respectivos elementos do crime, designadamente, os rendimentos do investigado, o seu património e padrão de vida e, ainda, a flagrante desproporção entre um e outro.

O PSD tomará esta iniciativa e convida a maioria socialista a aprová-la.

Termino.

Se todos sabemos ou se a todos consta o que se passa, ninguém compreenderia que nada fizessemos.

(...)



Interpelação ao Governo sobre a política para o Desenvolvimento Rural e Agricultura

Deputado José Manuel Ribeiro
Assembleia da República, 7.Março de 2007



(...)

Os últimos dois anos de governo na agricultura e no apoio ao meio rural foram claramente anos perdidos, anos de oportunidades desperdiçadas, anos de retrocesso, quer a nível interno, quer ao nível das negociações comunitárias.

Ao nível das negociações comunitárias obteve duas estrondosas derrotas.

Uma referente aos absolutamente necessários apoios aos agricultores afectados pela seca de 2005 e a outra que constitui a única grande derrota portuguesa em questões de regulamentação da política de preços e mercados, que foi a negociação referente à OCM do açúcar e que se veio a traduzir numa derrota tal que induziu ao fim do sector em Portugal.

A nível interno, a gestão do Sr. Ministro evidenciou uma ausência de medidas concretas e eficazes. A isto acresceu:

- a paralisação dos serviços do Ministério da Agricultura com o argumento de que se aguardava uma profunda reforma;
- a suspensão de apoios aos agentes do sector;
- a tentativa de culpar e dividir os Agricultores e as suas organizações;
- a não satisfação de compromissos anteriormente assumidos pelo Estado;
- e o não cumprimento do calendário de pagamentos das ajudas contratadas com os agricultores.

Por outro lado, com a aplicação da última reforma da PAC impunha-se o desenvolvimento de actuações concertadas do Ministério da Agricultura para contrariar alguma tendência para o **abandono agrícola**.

Dado que até agora se assistiu a um total alheamento deste problema por parte dos responsáveis do Ministério e dos serviços que tutelam, importa que o Sr. Ministro explique as razões de continuar a ignorar e até contribuir para o acentuar deste risco de abandono, ao desprestigiar a função dos agricultores e dos apoios que muito justa e legalmente auferem.

Recordo ainda, a acusação feita nesta Assembleia pelo Sr. Ministro aos agricultores, referindo que 45% recebiam ajudas no âmbito da **electricidade verde** de forma fraudulenta.

Com isto atingiu a imagem e o bom nome da generalidade dos agricultores portugueses, e o mais grave é que esta acusação ainda não

foi objecto de clarificação, ou seja, de que tipo de irregularidades se tratava, quantos processos de reposição de verbas recebidas indevidamente foram levantados e concluídos, e que medidas foram tomadas para a regularização de toda esta situação para além da suspensão dos pagamentos que afectou quem eventualmente cometeu irregularidades e quem tinha todo o processo regular.

Os agricultores portugueses, e o público em geral, têm o direito de conhecer o número exacto de agricultores/empresários agrícolas com irregularidades na atribuição deste apoio, sob pena de se vir a entender que a referida acusação teve como principal móbil o cancelamento dos apoios à electricidade verde.

De facto, além da ansia de suspender tudo, este Ministro quer mostrar, seja de que forma for, e em especial à sociedade urbana que é **rigoroso**.

Nada mais falso! Tudo isto é mera aparência!

Mas há, infelizmente, mais maus exemplos desta governação.

O Sr. Ministro suspendeu a aceitação de candidaturas aos apoios ao investimento, nomeadamente para a modernização das explorações agrícolas e para a instalação de jovens agricultores em Dezembro de 2005 e ainda não definiu nenhum sistema de transição entre quadros financeiros.

Como a vida das pessoas e a economia não param ao sabor de uma qualquer programação financeira, era fundamental que a nova regulamentação dos apoios financeiros incluisse uma disposição transitória de forma a que as despesas efectuadas neste período de suspensão sejam elegíveis e os jovens que se instalaram não sejam prejudicados.

Mais, desde Julho de 2006 que

não têm sido liquidados os pedidos de pagamento comprovados pelos beneficiários referentes a projectos de investimento, quando estes já efectuaram as respectivas despesas e pagaram o respectivo IVA.

O Estado comporta-se como **mau pagador**, deixando em dificuldades empresas, destruindo projectos viáveis, conduzindo ao endividamento imensos empresários agrícolas, e deixando todo um conjunto de fornecedores de bens e serviços, por exemplo na área da reflorestação e da prevenção florestal em grandes dificuldades.

Neste sentido importa saber qual o compromisso que o Sr. Ministro assume para regularizar estas situações.

Por outro lado, as candidaturas ao Regime de Pagamento Único deveriam ter sido abertas em 1 de Fevereiro, mas por desorganização interna do Ministério da Agricultura, os balcões de recepção de candidaturas ainda não estão funcionais, nem se sabe em que período terão lugar estas candidaturas e muito menos como serão garantidos os calendários de controlo e pagamento.

(...)

Em 2006 não houve novas candidaturas às medidas agro-ambientais, mas houve agricultores que encetaram novas práticas amigas do ambiente, com enquadramento nos objectivos das medidas agro-ambientais.

Infelizmente, tudo parece indicar que o Ministério da Agricultura prepara-se para, de novo, não abrir candidaturas no corrente ano, por se ter atrasado na nova formulação e aprovação destas medidas.

Era bom que o Sr. Ministro elucidasse se vai haver candidaturas no corrente ano ou não, e neste último caso quais as razões e as medidas que tomará para não prejudicar quem não pode estar sujeito às negligências do seu ministério.

Falo também, do Programa de Desenvolvimento Rural, que contrariamente ao que era necessário, é complexo, não é selectivo e não se evidencia atractivo para a adesão a determinados objectivos estratégicos.

Além disso não promove a coesão do território, tem regimes de incentivos pouco perceptivos e inadequados à realidade dos beneficiários a que se destina, acentua as despesas do Estado e a burocracia

de gestão, estatiza e politiza a decisão e é pouco ambicioso em questões fundamentais para a nossa agricultura.

Sr. Ministro, ficamos a saber, pela resposta do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares ao meu colega Ricardo Martins, que o Governo terá enviado, ontem a correr, para Bruxelas um PDR que nenhum português conhece, a AR não conhece, nem está disponível no sítio do Ministério da Agricultura (ao contrário do que aqui foi dito), pelo que se exigia que o tivesse distribuído aos diferentes GP antes do debate. Era mais sério, era mais transparente! Não o fez! É pena!

Ficamos agora a aguardar o seu rápido envio para que possamos perceber o que mudou e se mudou para pior. Compreendemos a sua pressa. Queria vir com um trunfo para o debate, mas até nisto falhou. Mais uma trapalhada, aliás o senhor ministro começa a ser o campeão das trapalhadas.

Quero também pronunciar-me sobre a reestruturação do Ministério. De facto, reformar era absolutamente necessário, mas com sentido estratégico, o que lamentavelmente não está a acontecer.

Do que até agora foi sendo conhecido parece que incorpora mais os caprichos e as teimosias do actual governante do que as preocupações de aproximação ao cidadão, eficiência, coerência e partilha.

Fazer mudanças sem respeitar estes princípios não é reformar verdadeiramente. Pelo contrário, entra-se num processo em que além de não se resolver o que está a funcionar mal, agrava-se o desperdício de meios, prejudica-se o que está a funcionar bem, e criam-se novos problemas e novas ineficiências.

Mas este é o habitual. O **infeliz habitual**, nos governos do Partido Socialista que alteram as leis orgânicas dos Ministérios mais a pensar na máquina partidária do que no interesse dos cidadãos e do Estado.

Outra questão de grande relevância prende-se com a manutenção ou desaparecimento pura e simples de um sector exportador. Trata-se das negociações da reforma da OCM das Horto-Frutícolas, e em particular do tomate para a indústria.

Se vingar o desligamento, tal como está proposto, fica em risco toda a fileira agro-industrial do tomate.

Neste sentido, é fundamental que



o Sr. Ministro garanta que o desligamento neste sector não será aplicado em Portugal.

(... referir que quem defendeu o desligamento total foi sempre o PS através do Eng. Capoulas Santos e não o PSD como disse o Sr. Ministro, pelo que está a falar para os seus camaradas, está a falar para os seu próprio partido...)

(...)

Há um facto muito evidente: o Sr. Ministro **não tem defendido** como era sua obrigação, os agricultores, as suas organizações e o mundo rural.

Tem mostrado que embora tenha aceite ser Ministro numa pasta sectorial estritamente ligada à agricultura, não gosta dos agricultores portuguesas nem das suas organizações e nem tão pouco dos funcionários do seu Ministério. Gosta de fazer passar a ideia de que em Portugal predomina um estereótipo de agricultor que vive de subsídios, que não se esforça para ser competitivo e que é incapaz de se organizar e crescer de modo a estar inserido numa economia exigente e global.

E como se consegue captar a confiança e induzir a motivação, se o Sr. Ministro não é capaz de mobilizar todos os agentes para a árdua tarefa de dar sustentabilidade a este sector? Um sector de relevante importância para o eficaz ordenamento do território, para a necessária estabilidade sócio-económica de vastas regiões do País, para a preservação de património genético e para o rendimento de muitas famílias portuguesas.

Por último, era de esperar que o Sr. Ministro se empenhasse dentro do governo na valorização do mundo rural, o que malogradamente não acontece. O problema é que temos um ministro que mais parece um mero director-geral que recebe ordens do Ministro das Finanças e do Primeiro-Ministro.

Não é compreensível, e constitui mesmo um desperdício, executar programas de desenvolvimento rural e ao mesmo tempo executar políticas unicamente economicistas que determinam o encerramento de equipamentos e serviços que abarcam as zonas rurais. Estou a lembrar-me do fecho de SAP, maternidades, serviços de urgência, esquadras da PSP, quartéis da GNR, escolas, etc, etc...

Termino, Sr. Presidente, citando Eça de Queirós, o nosso grande Eça, que na obra "O Conde de Abranhos" disse a dado passo, e que é hoje de grande actualidade, que "Este Governo não cairá porque não é um edifício, sairá com benzina porque é uma nódoa."

Se é certo que este Governo e este Ministro não são edifícios, então é porque são evidentemente a outra coisa...

Interpelação ao Governo sobre a política de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Deputado Ricardo Martins

Assembleia da República, 7 de Março de 2007

(...)

O Programa de Desenvolvimento Rural constitui o mais importante instrumento de apoio ao investimento na agricultura, florestas e desenvolvimento do mundo rural. São mais de 3 mil e 500 milhões de Euros disponíveis para os próximos 7 anos.

Pois bem, é **inexplicável** que neste momento quando as verbas já deveriam estar disponíveis para o sector, o governo **por pura incompetência** ainda não tenha sequer validado o documento para o enviar a Bruxelas.

Por **culpa do governo** o sector agrícola e florestal terá **mais um ano de atraso, um ano perdido** para concretizar investimentos fundamentais para a sua modernização e relançamento.

A proposta que esteve em discussão pública, **uma discussão pública relâmpago**, diga-se, evidencia um conjunto de aspectos extremamente negativos, pelo que não os podendo enumerar a todos, saliento os mais relevantes:

- Esta proposta irá acentuar a desigualdade entre agricultores, sectores de actividade e regiões. Contudo está em linha com a actuação política deste governo que se tem pautado pela marginalização, desinvestimento e pela promoção da desertificação dos territórios rurais do interior do País.
- Esta proposta é ainda negativa porque não concorre para o **objectivo da coesão social e territorial**;
- **desvaloriza o carácter multifuncional** da actividade agrícola e o papel do agricultor nas sociedades modernas;
- denota uma ausência de respostas aos problema de base da competitividade designadamente ao nível do rejuvenescimento, da formação e da qualificação dos agentes económicos;
- constitui um claro retrocesso no que diz respeito a objectivos ambientais, boas praticas agrícolas e ocupação harmoniosa do território;
- apresenta uma inexplicável e incompreensível omissão dos bio-combustíveis nas apostas estratégicas e evidencia uma falta de ambição nas metas e objectivos a atingir;
- e por último, **a cereja no cimo do bolo**, consagra um aumento absurdo do montante financeiro destinado a pagar o funcionamento do Ministério, a chamada **Assistência Técnica** que paga a gestão do programa, e onde se prevêem cerca de 140,5 milhões de euros, mais **350%** que no anterior período de programação. O Sr. Ministro afirma, e acabou ainda agora de o fazer, que é imprescindível reduzir a despesa de funcionamento do Ministério mas na prática faz o seu contrário: **retira verbas destinadas ao apoio aos agricultores para custear o funcionamento do Ministério**;

É escandaloso!

Sr. Ministro, postos estes considerandos, vamos a um conjunto de questões muito concretas.

- Por que razão discrimina negativamente as pequenas e médias explorações agrícolas, prevendo para estas **unicamente incentivos reembolsáveis** ao contrário do previsto para as grandes explorações que podem ter acesso a **subsídios a fundo perdido**? Não considera que com esta proposta, **o governo está a estimular um inaceitável acréscimo do endividamento dos pequenos agricultores e a dificultar o seu acesso aos apoios ao investimento**.

- Por que razão propõe um programa tecnocrático, burocrático, de complexidade extrema e de difícil acesso aos agricultores? **O governo anunciou um mediático SIMPLEX à escala nacional mas pretende agora aplicar um COMPLEX ao país rural**.

- Por que razão concentra **400 Milhões de euros** no regadio do Alqueva (**11% do total do FEADER**) antecipando os prazos previstos, sem que ainda seja conhecido um plano concreto de aproveitamento agrícola?

- Por último, **e termino Sr. Presidente, na proposta não é referida o modelo de gestão**. O Sr. Ministro já conseguiu decidir? Vai adoptar um modelo centralizado no Terreiro do Paço ou vai optar por um modelo descentralizado e com uma visão territorial? **É incompreensível que neste momento ainda não se conheça publicamente a proposta de gestão** que vai absorver 140 Milhões de euros.

Senhor Ministro agradecia naturalmente respostas muito claras às questões que lhe acabo de colocar.

(...)



O PSD pergunta

- 917-AC/X/2
Data: 2007-02-21
Assunto: Falta de resposta ao Req. 325/X/2ª-AC
 Autores
 NUNO DA CÂMARA PEREIRA
Enviado a: MIN ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA **em:** 2007-02-22
- 925-AC/X/2
Data: 2007-02-21
Assunto: Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013) – Região da Bairrada.
 Autores
 JOSÉ MANUEL RIBEIRO
Enviado a: MIN AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS **em:** 2007-02-22
- 937-AC/X/2
Data: 2007-02-22
Assunto: Retirada do Posto da PSP de Torres Vedras.
 Autores
 DUARTE PACHECO
Enviado a: GOVERNO **em:** 2007-02-23
- 938-AC/X/2
Data: 2007-02-22
Assunto: IC 11.
 Autores
 DUARTE PACHECO
Enviado a: GOVERNO **em:** 2007-02-23
- 939-AC/X/2
Data: 2007-02-22
Assunto: Segurança de Veículos de duas rodas (Colocação de protecções nas guardas de segurança das vias de comunicação rodoviárias, contemplando a perspectiva da segurança dos veículos de duas rodas.
 Autores
 LUÍS RODRIGUES
Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES **em:** 2007-02-23
- 949-AC/X/2
Data: 2007-02-23
Assunto: Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013) - ZI LEADER AD ELO
 Autores
 JOSÉ MANUEL RIBEIRO / MIGUEL ALMEIDA
Enviado a: MIN AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS **em:** 2007-02-26
- 950-AC/X/2
Data: 2007-02-23
Assunto: Sobre a intervenção urgente no litoral do Distrito de Aveiro.
 Autores
 HERMÍNIO LOUREIRO
Enviado a: MIN AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL **em:** 2007-02-26
- 951-AC/X/2
Data: 2007-02-23
Assunto: Défice das contas públicas do Estado e excedente das contas da Região Autónoma dos Açores em 2006.
 Autores
- MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE
Enviado a: GOVERNO **em:** 2007-02-26
- 952-AC/X/2
Data: 2007-02-23
Assunto: Sobre o crescimento populacional e o importante contributo das actividades industriais.
 Autores
 REGINA RAMOS BASTOS / LUÍS RODRIGUES
Enviado a: MIN SAÚDE **em:** 2007-02-26
- 953-AC/X/2
Data: 2007-02-23
Assunto: Sobre o actual Centro de Saúde de Corroios.
 Autores
 REGINA RAMOS BASTOS / LUÍS RODRIGUES
Enviado a: MIN SAÚDE **em:** 2007-02-26
- 967-AC/X/2
Data: 2007-02-27
Assunto: Emprego científico - Atribuição de bolsas, contratação de docentes e situação dos Bolseiros de Investigação Científica.
 Autores
 EMÍDIO GUERREIRO / FERNANDO ANTUNES / AGOSTINHO BRANQUINHO / PEDRO DUARTE
Enviado a: MIN CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR **em:** 2007-02-28
- 973-AC/X/2
Data: 2007-02-28
Assunto: Construção do IP 8 - Sines/Vila Verde de Ficalho.
 Autores
 LUIS RODRIGUES
Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES **em:** 2007-03-02
- 992-AC/X/2
Data: 2007-03-01
Assunto: Regulamentação da lei nº 21/2004, de 5 de Junho - - Contagem de tempo de serviço militar prestado por antigos combatentes emigrantes.
 Autores
 CARLOS ALBERTO GONÇALVES
Enviado a: MIN DEFESA NACIONAL, MIN ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, MIN TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL **em:** 2007-03-02
- 993-AC/X/2
Data: 2007-03-01
Assunto: O QREN e as vias rodoviárias estruturantes: IC5 e IC26.
 Autores
 RICARDO MARTINS / JORGE COSTA
Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES **em:** 2007-03-02
- 994-AC/X/2
Data: 2007-03-01
Assunto: Viatura médica de emergência e reanimação (VMER) – Évora.
 Autores
 LUIS RODRIGUES
Enviado a: MIN SAÚDE **em:** 2007-03-02
- 1006-AC/X/2
Data: 2007-03-02



Assunto: Auditorias e Revisão do Plano Director Municipal da Moita (do Ribatejo).

Autores

LUIS CARLOTO MARQUES

Enviado a: MIN PRESIDÊNCIA, S.E. ADJ. E DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, MIN ESTADO E DAS FINANÇAS **em:** 2007-03-02

1007-AC/X/2

Data: 2007-03-02

Assunto: Reforma da Segurança Interna na Região Autónoma dos Açores.

Autores

MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE

Enviado a: GOVERNO **em:** 2007-03-02

1008-AC/X/2

Data: 2007-03-02

Assunto: Posse de Terrenos - Celas – Coimbra.

Autores

MIGUEL QUEIROZ

Enviado a: MIN ESTADO E DAS FINANÇAS **em:** 2007-03-02

1009-AC/X/2

Data: 2007-03-02

Assunto: Encerramento da urgência Médico-cirúrgica do Hospital de Santa Maria Maior - Barcelos.

Autores

FERNANDO SANTOS PEREIRA

Enviado a: PRIMEIRO-MINISTRO **em:** 2007-03-02

383-AL/X/2

Data: 2007-02-23

Assunto: Freedom Festival, no Regolfo da Albufeira do Caia, no distrito de Portalegre.

Autor : LUÍS CARLOTO MARQUES

Enviado a: CÂMARA MUNICIPAL DE ELVAS **em:** 2007-02-26

384-AL/X/2

Data: 2007-02-23

Assunto: Sobre o crescimento populacional e o importante contributo das actividades industriais.

Autor: LUÍS CARLOTO MARQUES

Enviado a: CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS **em:** 2007-02-26

386-AL/X/2

Data: 2007-02-27

Assunto: Recuperação do Mosteiro de Santa Maria de Seça.

Autor: MIGUEL ALMEIDA

Enviado a: CAMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DA FOZ **em :** 2007-02-28

387-AL/X/2

Data: 2007-02-28

Assunto: Vias Rodoviárias sem dono (Península de Setúbal) Ligação entre a E.N.10 (Coina/Ex-PFIZER) e a E.N. 378 (Marco do Grilo) Municípios do Seixal e de Sesimbra Ligação entre a E.N. 10 (Quinta do Conde) e a E.N. 379 (Cabanas) Municípios de Sesimbra e de Palmela.

Autores

LUÍS RODRIGUES

Enviado a: CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL **em:** 2007-03-02

388-AL/X/2

Data: 2007-02-28

Assunto: Vias Rodoviárias sem dono (Península de Setúbal) Ligação entre a E.N.10 (Coina/Ex-PFIZER) e a E.N. 378 (Marco do Grilo) Municípios do Seixal e de Sesimbra Ligação entre a E.N. 10 (Quinta do Conde) e a E.N. 379 (Cabanas) Municípios de Sesimbra e de Palmela.

Autores

LUÍS RODRIGUES

Enviado a: CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA **em:** 2007-03-02

389-AL/X/2

Data: 2007-02-28

Assunto: Vias Rodoviárias sem dono (Península de Setúbal) Ligação entre a E.N.10 (Coina/Ex-PFIZER) e a E.N. 378 (Marco do Grilo) Municípios do Seixal e de Sesimbra Ligação entre a E.N. 10 (Quinta do Conde) e a E.N. 379 (Cabanas) Municípios de Sesimbra e de Palmela.

Autores

LUÍS RODRIGUES

Enviado a: CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA **em:** 2007-03-02

390-AL/X/2

Data: 2007-02-28

Assunto: Licenciamento de obra alegadamente ilegal no município da Moita (do Ribatejo).

Autores

LUÍS CARLOTO MARQUES

Enviado a: CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA **em:** 2007-03-02

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 14 DE MARÇO DE 2007, 15:00H
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA
Iniciativas relativas à alteração ao Código de Processo Penal

QUINTA-FEIRA, DIA 15 DE MARÇO DE 2007, 15:00H
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA
Projecto de Lei n.º 263/X (PS)
(Lei dos Serviços Essenciais)

Discussão conjunta:

Proposta de Lei n.º 72/X (GOV)

Projecto de Lei n.º 137/X (PSD)

(Define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, renovando a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro)

VOTAÇÕES às 18H00

SEXTA-FEIRA, DIA 16 DE MARÇO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Perguntas ao Governo de âmbito geral



Interpelação ao Governo sobre a política de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Deputado Vasco Cunha
Assembleia da República, 7 de Março de 2007

(...)

No âmbito da reforma da PAC – iniciada em 2003 – a Comissária para a Agricultura apresentou, em Janeiro último, uma proposta de reforma da Organização Comum de Mercado (OCM) das frutas e hortícolas.

De acordo com esse anúncio, o objectivo da Comissão Europeia visa o *“reforço da competitividade e da orientação de mercado do sector, reduzir as oscilações de rendimento devido às crises, aumentar o consumo, melhorar a protecção ambiental, simplificar as regras e reduzir a carga administrativa”*.

Em suma, o que está em causa, à semelhança do que se verificou nos outros sectores (já reformados) é um desligamento total, ou eventualmente parcial, das ajudas à produção.

Pretende-se assim, que os actuais produtores de tomate passem a receber os apoios – calculados com base num histórico – deixando de ser obrigatório manter as suas produções de tomate, podendo simplesmente conservar os campos em boas condições agrícolas, ou optar por qualquer outra cultura.

(...)

O desligamento das ajudas à produção pode implicar uma quebra fatal na produção, o que no caso do tomate para transformação terá consequências nefastas para uma indústria que hoje se apresenta competitiva e com grande capacidade de exportação.

Assim, o panorama que irá resultar da actual proposta de reforma da OCM das frutas e hortícolas é profundamente preocupante para Portugal.

De facto, ao longo de 10 anos, assistiu-se a um movimento de concentração, consubstanciado numa significativa redução do número de produtores e num aumento da área cultivada.

Por conseguinte, a área média por produtor cresceu, o que permitiu o desenvolvimento de economias de escala, com repercussão na produtividade das explorações e no sector em geral.

Há, por isso, **um reconhecimento geral sobre a modernização, o desenvolvimento e o reforço da competitividade**, quer do sector produtivo do tomate, quer da indústria associada.

Todavia, após um significativo esforço para chegar a este patamar, **todo este sector pode estar agora em causa**.

(...)

A sobrevivência da indústria nacional de tomate depende



exclusivamente da produção nacional, proveniente dos mais de 15 mil hectares ocupados (particularmente na região do Ribatejo), representando mais de 5 mil postos de trabalho, gerando 140 milhões de euros anuais, dos quais mais de 90% resultam de receitas das exportações.

Estamos, assim, em risco de perder um sector produtivo, cuja competitividade a nível europeu é evidente, e que poderá arrastar uma indústria fortemente direccionada

para a exportação, que muito tem contribuído para o valor acrescentado bruto da economia nacional.

Neste contexto, sabemos, que o Senhor Ministro da Agricultura já manifestou publicamente a sua preocupação, tendo defendido (e cito) *“um período de transição em que as ajudas não sejam completamente desligadas da produção, para que as nossas fábricas também tenham um período de adaptação à própria evolução do mercado.”* (fim de citação)

Face ao exposto, torna-se

imperioso saber quais foram as diligências tomadas pelo Governo português com vista a influenciar – de forma positiva – a proposta de reforma da Comissão Europeia, **porque a argumentação portuguesa não pode ter uma interpretação diferente em Bruxelas e em Lisboa**.

Assim sendo, quais são as propostas concretas que o Ministério da Agricultura pretende apresentar à Comissão Europeia para evitar a possível extinção do sector?

Qual o modelo alternativo, defendido por Portugal, para a reforma da OCM em causa, para além do período de transição já referido pelo Senhor Ministro da Agricultura? Há desligamento total ou há desligamento parcial?

Qual foi a receptividade que a Comissão Europeia demonstrou para alterar a proposta de Janeiro passado? E quais os mecanismos previstos para minimizar os impactos económicos e sociais das regiões mais afectadas e a potencial falência das indústrias nacionais?

Qual é a possibilidade de Portugal se aliar, aos restantes países europeus produtores de tomate, de modo a que a proposta de reforma da OCM do sector das frutas e hortícolas não implique as ajudas completamente desligadas da produção?

(...)

Intervenção sobre o “Regime de dispensa de medicamentos ao público pelas farmácias hospitalares do SNS”

Deputada Ana Manso
Assembleia da República, 08 de Março de 2007

(...)

Este debate volta a colocar o Parlamento perante uma questão central: a questão da saúde.

Sabemos que nesta discussão a facilitação do acesso aos medicamentos é prioritário e também sabemos que esta não tem sido a opção do Governo.

De facto, o olhar do Governo para a política do medicamento tem-se

caracterizado por medidas avulsas que não correspondem a uma linha programática estrutural que privilegie a melhoria da acessibilidade dos cidadãos portugueses aos medicamentos baseada na qualidade e na equidade.

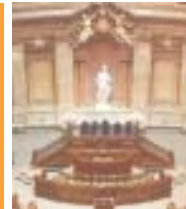
Como avulsos e precipitados têm sido os sucessivos anúncios de encerramento de serviços de saúde, pondo em causa o modelo do SNS e lançando o pânico nos utentes.

O denominador comum é o racionamento.

A razão de ser é a insensatez e a arrogância.

A consequência é um exercício de destruição da rede de cuidados de saúde sem criar alternativas.

A matéria que hoje discutimos tem a ver com a prática já habitual deste Governo:



O Ministro da Saúde faz as suas entradas de leão, não pondera, não dialoga e não explica, a revolta instala-se e o Primeiro-Ministro amedronta-se e dá ordens para recuar.

É claro que as agências de propaganda do Governo logo aparecem a tentar transformar o recuo em coragem, mas as pessoas não gostam de ser tomadas por parvas.

Foi assim com as Maternidades, foi assim com as Urgências e foi, também assim, com as Farmácias.

Quem já esqueceu as graves desconsiderações que o actual Ministro da Saúde dirigiu, no passado recente, ao sector farmacêutico?

Quem não recorda que foi este Primeiro-Ministro que acabou por assinar um compromisso do Governo com a Associação Nacional de Farmácias?

Quem não se lembra do acto de contrição do Ministro da Saúde quando este reconheceu que o Compromisso então alcançado, e cito, “*não teria sido possível sem o empenhamento pessoal e muito forte*” do Primeiro-Ministro?

Mas não é ainda possível proceder à avaliação global do verdadeiro alcance desse

Compromisso, até porque só algumas das medidas nele contidas foram já aprovadas no papel e quase nenhuma foi levada à prática.

Sabemos que a instalação de farmácias nos hospitais é uma matéria nova, a nível nacional e internacional, sobre a qual não existe qualquer experiência adquirida, nem quanto ao seu funcionamento, nem quanto às suas consequências no equilíbrio actual do sistema de dispensa de medicamentos à população.

E, por isso, mandaria o bom senso que, neste caso, se comesse por experiências-piloto, devidamente planeadas e avaliadas.

Até hoje nem sequer isso foi feito pelo Governo, assim se continuando a penalizar economicamente as famílias portuguesas e a agravar a despesa pública.

Há um ano muitas mães portuguesas viram-se obrigadas a ter os seus filhos em Espanha.

Agora, também muitos portugueses têm de ir a Espanha comprar os medicamentos de que precisam.

É triste que assim seja.

É triste ver o estado a que

chegámos, em resultado da inércia política e da insensibilidade social deste Governo.

(...)

No que se refere à iniciativa hoje discutida, o PSD considera que a mesma contém virtualidades, quer no que toca à qualidade e racionalidade da prescrição, quer no que respeita à contenção da despesa, quer, ainda, em matéria de acesso aos medicamentos.

É verdade que importa acautelar – o que parece suceder no Projecto em questão – que as farmácias hospitalares não dispensem medicamentos senão aos utentes inscritos no próprio hospital e apenas nos casos em que estes a elas recorram imediatamente após o seu atendimento clínico.

Contudo, não se podem ignorar os riscos sempre existentes de essas farmácias poderem, involuntariamente, promover a procura dos serviços hospitalares, em detrimento dos cuidados de saúde primários, invertendo a dinâmica do sistema e a lógica do circuito do doente no acesso aos cuidados de saúde.

Por outro lado, não podemos ignorar que o Governo assumiu, em 26 de Maio de 2006, um Compromisso político de instalar farmácias de venda ao público nos

estabelecimentos hospitalares para dispensarem receituário dos serviços oficiais de saúde e de medicamentos em unidose.

E, no debate mensal em que esta matéria foi discutida no ano passado, o Senhor Primeiro-Ministro foi muito claro a assumir o referido ajuste nos seguintes termos: “*Essas farmácias serão nos hospitais mas serão concessionadas à iniciativa privada, não serão geridas pelos próprios hospitais.*”

Ora, o que o PS tem hoje de dizer aqui é se com este Projecto de Lei o acesso dos cidadãos aos medicamentos melhora e a qualidade da actividade farmacêutica é preservada, ou se, pelo contrário, o facto de os hospitais poderem dispensar esses fármacos põe em causa esse mesmo acesso dos utentes aos medicamentos.

No primeiro caso, o PS não poderá votar contra.

Se, pelo contrário, o PS entender que este projecto prejudica os utentes, ficaremos infelizmente a saber que o poder legislativo da Assembleia da República está subordinado à agenda política do Governo.

E não é assim que deveria ser.

O PSD considera que os doentes estão sempre em primeiro lugar em matéria de política de Saúde.

Por isso, sempre preconizámos o desenvolvimento de uma política do medicamento assente numa estratégia de informação e no rigor e segurança da prescrição farmacológica, acautelando, igualmente, a sustentabilidade da despesa pública e do consumo privado.

Consideramos assim acertado que os doentes possam aceder aos medicamentos dispensados em meio hospitalar no próprio hospital, desde que, bem entendido, tal suceda no respeito pelos princípios que referi.

O nosso compromisso é com os utentes do Serviço Nacional de saúde.

Haverá concerteza oportunidade de burilar esta iniciativa em sede da especialidade, mas queremos desde já adiantar que a votaremos favoravelmente.

Oxalá aos Deputados do Partido Socialista seja reconhecida idêntica liberdade.

(...)

Carlos Coelho apoia “economia verde” baseada no hidrogénio

O Deputado do PSD Carlos Coelho, subscreveu uma Declaração Parlamentar sobre o estabelecimento de uma economia verde baseada no hidrogénio e uma terceira revolução industrial na Europa através de uma parceria com as regiões, cidades, PME e as organizações da sociedade civil interessadas.

Considerando que o aquecimento global e os custos dos combustíveis fósseis estão a aumentar, e tendo em conta o debate recentemente lançado pelo Parlamento Europeu e pela Comissão Europeia sobre o futuro da política energética e as alterações climáticas, os Deputados consideram que uma visão energética pós-fóssil e pós-nuclear deverá constituir o próximo projecto importante da União Europeia.

Esta Declaração realça também os cinco factores chave para a independência energética, que são: maximizar a eficácia energética, reduzir as emissões globais de gases com efeito de estufa, otimizar a introdução comercial das energias renováveis, introduzir a tecnologia da pilha de combustível alimentada com hidrogénio para armazenar as energias renováveis e criar redes de energia inteligentes para distribuir a energia.

Nesta declaração Carlos Coelho e os restantes Deputados subscretores fazem várias exigências às



Instituições da UE, tais como:

- prossigam um aumento de 20% da eficácia energética até 2020,
- reduzam até 2020 os gases com efeito de estufa em 30% (em comparação com os níveis de 1990),
- produzam até 2020 33% da electricidade e 25% da

energia total a partir de fontes de energia renováveis,

- instituem uma tecnologia de armazenamento que utilize pilhas de combustível alimentadas com hidrogénio e outras tecnologias de armazenamento para utilização portátil, fixa e de transporte, e que instalem até 2025 uma infraestrutura descentralizada ascendente

para o hidrogénio em todos os Estados-Membros da UE,

- tornem até 2025 as redes de energia inteligentes e independentes, por forma a que as regiões, cidades, PME e os cidadãos possam produzir e partilhar energia com o mesmo acesso aberto como o que caracteriza actualmente a utilização da Internet. – **Bruxelas, Marques Duarte**

Carlos Coelho considera “Grande Fome” na Ucrânia como crime de genocídio



O Deputado do PSD, Carlos Coelho, subscreveu uma Declaração Parlamentar sobre o reconhecimento internacional da Grande Fome na Ucrânia (1932-33) como crime de genocídio.

Os Deputados proponentes consideram que o governo soviético, controlado por Joseph Stalin, conduziu uma política de confiscação compulsiva das colheitas dos agricultores ucranianos para exportação, acabando por levar a cabo uma política de brutal deslocação de aproximadamente 10 milhões de pessoas para o norte da União Soviética e para encarceramento em Gulags.

Segundo a declaração esta política foi deliberadamente concebida para criar a fome entre a população ucraniana e desta forma reprimir qualquer potencial resistência à colectivização e soviétização do país, estimando-se que, nos anos 1932 e 1933, tenham perecido entre 4 a 6 milhões de pessoas vítimas de fome.

Tomando em consideração que o Presidente da Ucrânia Viktor Yushchenko considerou esta situação de fome extrema um crime de “genocídio” e apelou à comunidade internacional a que reconhecesse como tal a fome na Ucrânia, Carlos Coelho e os restantes Deputados subscretores manifestam:

1. A convicção de que a fome extrema na Ucrânia constitui um dos crimes mais cruéis na história europeia do século XX e que esta situação deveria ser qualificada e reconhecida internacionalmente como crime de genocídio;

2. Condenam todas as forças presentes nos Estados pertencentes ao ex-bloco soviético que negam os crimes do comunismo e enaltecem a figura de Stalin e as suas medidas como um exemplo a seguir. – **Bruxelas, Marques Duarte**

Dilemas do Ensino Superior no interior de Portugal

José Palma Rita (*)

Os problemas de gestão das Universidades privadas, tanto nas grandes cidades como no interior rural português (ex, o do Alentejo), fazem novamente as primeiras páginas dos jornais portugueses, os quais, apesar de excepções sem dúvida inegáveis, resultam basicamente da diminuição da população em idade escolar por um lado e, por outro, de alguma irracionalidade governativa que permitiu a proliferação desregrada de instituições destinadas a cumprir (no longo prazo) um objectivo que se conseguiria em muito menos tempo.

Culpa da falência resultante da qualidade do ensino privado face ao ensino público? Sem dúvida que em alguns casos haverá quota de responsabilidade, mas, na maior parte dos casos tal não aconteceu, especialmente porque os docentes (com mestrado e doutoramento) eram comuns, à falta de quadros próprios, pelo que não será de supor diferentes desempenhos profissionais dos mesmos em função da entidade empregadora, nem a mediocridade geral dos sistemas de ensino superior público e privado, por analogia.

Quem não se lembra dos famosos estudos prospectivos do Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação na década de 1990 quando ainda não existia Ministério com tutela do ensino superior, projectando a população escolar e as necessidades de resposta à mesma, ajustadas às igualmente supostas necessidades de competências, para o horizonte de 2005?

Bastará consultar a bibliografia de muitos trabalhos académicos de então (década de 1990) para constatar a coincidência entre os autores de tais estudos e a sua participação em Governos seguintes que tomaram decisões completamente opostas aos estudos que haviam sustentado os seus programas de acção. Em nome de quê?

Do eleitoralismo sustentado na garantia de acesso generalizado ao ensino superior? Com que resultados? O aumento incontrolável dos jovens desempregados licenciados relativamente aos quais chegamos ao cúmulo da irresponsabilidade ao considerar a possibilidade da sua reconversão para outras profissões; ao encerramento das instituições do ensino superior cuja expansão se permitiu e estimulou, com consequências nefastas (senão mesmo irrecuperáveis) para o interior de um país cada vez mais litoralizado e dual.

Os problemas para a faixa interior de um país (para a qual se estenderam alguns dos pólos destes estabelecimentos) onde se gastaram tantos milhões de contos e Euros ao longo de 3 Quadros Comunitários de Apoio na revitalização do mundo rural e na fixação de populações (medidas de insuficiente eficácia, como se constata), já incomodam, por não afectarem apenas o ensino superior privado, mas também as instituições públicas espalhadas pelo interior ao

longo da década de 1980 para estimular a afirmação de pólos urbanos de média dimensão.

Como resolver a duplicação de capacidade instalada na produção de competências ao nível regional, entre Universidades e Politécnicos? Como reajustar (sem ser drasticamente) a oferta às necessidades do mercado de trabalho (ainda valerá a pena pensar em termos regionais?) que deverá ser encarado à escala global e não à escala local ou regional (que nunca teve expressão, apesar da teimosia dos académicos de uma esquerda já então mais que ultrapassada e hoje totalmente desprezada no espaço da fundamentação da decisão política)? Como resolver o problema dos quadros de pessoal (mestres e doutores) entretanto alargados ao sabor da maré e de uma autonomia universitária investida de peito cheio?

Respostas fáceis... não há!

Não parecem existir respostas fáceis para a verdadeira crise em que se encontra o ensino superior (público e privado; universitário e politécnico) instalado nas cidades do interior português. Mas, uma coisa é certa: só o abandono da atitude de clausura académica, elitismo e exoterismo científico, relativamente à sociedade civil e empresarial envolvente, permitirá estabelecer redes de cooperação que diminuam a incerteza que o futuro sempre reserva.

A legitimação da missão dos estabelecimentos de ensino superior dispostos pelo interior do país (a razão de ser da sua existência) no contexto envolvente (perante contribuintes individuais, colectivos e empresariais) consegue-se em articulação com um tecido institucional motivado em torno de um desígnio de desenvolvimento regional, que abra e construa oportunidades de (re)afirmação da sua (re)orientação. É a grande oportunidade regional, há que saber agarrá-la.

(*) José Palma Rita, Presidente da CPS de Évora e membro da AM de Évora, jprita@gmail.com



Notícias dos Açores

Costa Neves desafia o Governo Regional socialista a esclarecer as formas de aplicação da nova Lei do Aborto

O líder do PSD/Açores desafiou o governo regional a anunciar a forma como será aplicada a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) nos Açores. “Não posso deixar de estranhar e censurar o silêncio e a inacção demonstradas pelo executivo nesta matéria”, afirmou Costa Neves em conferência de imprensa, em Angra do Heroísmo, no dia em que a Assembleia da República aprovou a nova lei sobre a IVG.

Segundo o líder social-democrata, “é irresponsável que tudo esteja por decidir nos Açores”. “Ao contrário do Continente, não há definição relativamente aos estabelecimentos onde será proporcionada a interrupção voluntária da gravidez, não se sabe se será em todas as ilhas, ou se apenas nos hospitais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, bem como se desconhece qualquer relação de prioridade entre as longas listas de espera das unidades de saúde e a aplicação prática da legislação que será aprovada hoje”, afirmou o presidente do PSD/Açores.

Costa Neves abordou também o facto de não estarem ainda nomeados os administradores das unidades hospitalares açorianas, agora convertidas em hospitais-empresa, estando estas funcionar “em mera gestão corrente, o que poderá também contribuir para atrasar o processo”.

O líder regional do PSD manifestou igualmente estranheza pela “contradição da acção governamental”, dado que, “na altura em que nada devia ter dito, apelou ao voto no SIM, e agora, quando devia informar os açorianos sobre as condições em que a lei será aplicada, refugia-se num preocupante silêncio”.

Costa Neves lançou, por isso, um “desafio” ao executivo de Carlos César, no sentido de se “clarificarem as coisas e de se permitir aos cidadãos saberem com o que contam”. “O governo não estará, por certo, à espera de ser a oposição a regulamentar a lei”, afirmou o líder social-democrata.

O presidente do PSD/Açores acrescentou que na aplicação da IVG nos Açores se deve também ir “além da definição dos espaços onde se fará a interrupção voluntária da gravidez,



pondo em prática algumas políticas, nomeadamente no campo da educação sexual, que tardam em ser lançadas nos Açores”.

Referindo-se concretamente à realidade regional, Costa Neves realçou que cada “criança é particularmente preciosa, pois temos uma realidade demográfica completamente diferente em, pelo menos, sete das nove ilhas. Na Graciosa, onde estive recentemente, nasceram, em 2005, 37 crianças e morreram 70 pessoas”, lembrou o líder social-democrata. Para Costa Neves, “somadas as circunstâncias particulares da Região à sensibilidade que os açorianos revelam perante esta questão, consideramos urgente que o governo regional conduza as coisas de forma a que estejamos preparados para a efectivação da interrupção voluntária da gravidez, mas que a mesma nunca se verifique pelo facto das pessoas não terem condições

dignas para ter filhos”. “No nosso entender, cada criança que não nasça por essas razões será um fracasso”, concluiu o líder social-democrata.

Declarações em Conferência de Imprensa

«A Assembleia da República aprova hoje a Lei que despenaliza a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) até às dez semanas e admite que se realize na rede oficial de saúde. A Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

«Nos Açores, a questão é delicada. Há um óbvio desencontro entre a vontade expressa pelo povo açoriano e o Governo Regional. Este apelou ao SIM no Referendo realizado. Cinquenta e nove por cento dos portugueses votaram SIM, mas setenta por cento dos açorianos

votaram NÃO.

«Sem dúvida que a Lei se aplica nos Açores. Sem dúvida que a sua aplicação é da competência do Governo Regional. Sem dúvida, ainda que tal aplicação tem que ser especialmente cuidada, atendendo à orientação de voto dos açorianos. Neste contexto a inacção do Governo é incompreensível. O seu silêncio não é de ouro, é irresponsável.

«Ao contrário do Continente, aqui tudo parece estar por decidir:

- É possível a prática da IVG em todas as ilhas, apenas nos hospitais de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada ou só num ou dois desses hospitais? O facto de as administrações desses hospitais estarem em regime de mera gestão corrente, por ainda não terem sido nomeados os órgãos das novas entidades públicas empresariais, está a atrasar o processo?

- Há que compatibilizar a prática da IVG com as longas listas de espera que envolvem milhares de doentes de todas as ilhas. O Governo vai definir relações de prioridade IVG/doentes?

- Há objectores de consciência entre os profissionais de saúde. Tal situação condiciona ou inviabiliza a prática da IVG na rede pública da Região?

- Admitindo a impossibilidade de realizar a IVG em estabelecimentos da rede oficial da Região, há, nos Açores, estabelecimentos privados que a possam assegurar? Admite-se o recurso a estabelecimentos de fora da Região? Em alternativa ou em concorrência? No continente ou no estrangeiro? Na rede pública ou estabelecimentos privados? Quem decide onde e quando? Em que condições e com que custos? E será possível cumprir os prazos estabelecidos?

- Exames, internamentos, deslocações, estadias, quem paga o quê? Os utentes, a Região, o Orçamento do Estado? Está previsto algum pagamento suplementar aos profissionais que intervenham no processo da IVG? O Orçamento da Região dispõe de alguma dotação para o “Dossier IVG”?

«Tantas perguntas sem resposta. Tantas definições por fazer. Do Governo espero, também, o seguinte:

- Que atenda ao amplo consenso de que é preciso promover a vida e, nesse contexto, tome medidas que se

enquadrem nas boas práticas adoptadas por alguns estados europeus, tal como o aconselhamento às grávidas que solicitem a IVG.

- Que adopte medidas que contrariem o mais alto índice de gravidez na adolescência do país, com que a Região confrontada.

- Que tome iniciativas consistentes no âmbito da educação sexual.

- Que execute políticas no domínio da protecção à maternidade e à família que contribuam para que nenhuma criança fique por nascer por limitações de natureza económica ou social dos pais.

«Estranho paradoxo. Quando devia permanecer calado, o Governo Regional apelou ao SIM no Referendo! Agora que devia dizer aos açorianos o que vai fazer, cala-se! O PSD, tal como os açorianos espera as respostas e as definições que já tardam. Até quando o imobilismo? Estará o Governo à espera que sejamos nós a assumir as suas responsabilidades?» - **Angra do Heroísmo, 8 de Março de 2007, PSD/Açores**

Intervenção do Deputado Luís Henrique Silva dá conta da visita de trabalho à Graciosa

O Grupo Parlamentar do P S D, visitou a ilha Graciosa nos dias 22, 23 e 24 de Fevereiro, onde manteve contactos com todas as autarquias da Graciosa, entidades culturais e sócio económicas, abordando o tema da desertificação humana, acessibilidades e actividades económicas.

Tendo constatado que o anunciado desenvolvimento dos Açores tem passado ao lado da Ilha Graciosa, uma posição unânime de todas as nossas autarquias, essencialmente nas acessibilidades e na desertificação humana.

Os milhões de euros todos os dias anunciados, pelo Governo Regional, e nós já provámos que estes não são verdadeiros, também passam ao lado da Ilha branca.

Para que se perceba melhor as minhas palavras analisemos alguns números, estes sim bem reais.

O investimento do Governo Regional na Ilha Graciosa, no ano de 2006, tinha uma verba inscrita de dezasseis milhões, trezentos mil quatrocentos e doze euros, correspondendo a 2.9% do investimento total regional. A verba inscrita para a promoção do investimento e da coesão era

de cinco milhões, cento e doze mil e quinhentos euros.

Para o ano de 2007 as verbas do plano baixam para 2.7%, e as verbas para a promoção do investimento e da coesão baixam para 11.3% do total regional.

As verbas inscritas no Plano Regional dos Açores para 2007 têm um crescimento real de 7.4%, em relação às verbas inscritas no plano de 2006; as verbas para a Graciosa cresceram somente 0.9%.

As verbas inscritas no Plano Regional de 2007, destinadas à promoção do investimento e da coesão, sofreram um decréscimo de 12.7%, em relação às verbas inscritas no plano de 2006; as verbas para a Graciosa decresceram em 17.3%.

Estes números são os oficiais e demonstram bem o que se passa na Graciosa. As verbas inscritas não são as aplicadas, porque se avaliássemos a taxa de execução essa sim deixaria muito a desejar.

Onde está a política de coesão? Onde param os milhões dos fundos da política de coesão para desenvolver as Ilhas mais pequenas? Onde está a discriminação positiva?

As acessibilidades de e para a Graciosa, pioram de ano para ano. No que ao transporte marítimo de passageiros diz respeito, não podemos aceitar que o barco escale a Graciosa apenas três vezes por semana, à quinta, sexta e ao domingo, sempre com saída pela Ilha Terceira. Em anos anteriores o Governo Regional culpava as empresas operadoras, este ano a culpa é única e exclusivamente do Governo Regional.

No transporte aéreo de passageiros anunciam-se passagens baratas, mais do que em 1996. Meus amigos, e quem paga as tão famosas taxas? São os passageiros. O custo da tarifa não interessa, mas sim o custo global do bilhete. Uma passagem de ida e volta da Graciosa ao Faial custa

240.75 euros, tanto quanto ir a Lisboa e voltar. É assim que a Graciosa é um destino barato? Obviamente que não, como não é o segundo destino mais barato para a prática do mergulho, como alguns querem fazer crer. Sejamos sérios nas nossas análises.

Os nossos emigrantes queixam-se da forma como são discriminados, não só pelo custo das passagens, que já é elevado como a uma série de incómodos a que estão sujeitos. Quando se viaja, faz-se o check-in na partida e só se levanta a bagagem no aeroporto de destino. Os nossos emigrantes nem sequer têm essa possibilidade. Será para pagarem excesso de bagagem quando estes estão a viajar nas empresas do grupo SATA?

Realizar um evento de sucesso ajuda a promover a Graciosa, mas não é um evento que resolve os problemas. Estes solucionam-se com um conjunto de iniciativas, programadas para se desenvolverem ao longo do ano. Aí sim podemos melhorar, mas é preciso apoiar as pessoas que levam os turistas à Graciosa.

Pequenos nichos de mercado têm de ser explorados. Veja-se o caso do areal da Vila da Praia, um cartão de visita da Graciosa. Não foi limpo, nem retiradas as pedras colocadas para a reconstrução da muralha, há já dois anos. Nada se faz para o manter em boas condições, como prometeram em 2005. O mais grave é que a muralha corre o risco de novo desmoronamento e não se faz nada.

As termas do Carapacho estão na mesma situação. Em qualquer parte do mundo seriam aproveitadas para o desenvolvimento do turismo.

Dois empresários, referidos nesta casa há poucos dias, queixam-se tão-somente de fazerem projectos que não são aprovados, referindo que estão fartos de promessas e de gastarem dinheiro em projectos. Garantem também que nada foi investido na

vertente do mergulho e da pesca lúdica.

Quanto à desertificação, é necessário implementar medidas para colmatar a situação dramática que a Graciosa vive, com o índice de envelhecimento a atingir os 130%. Faltam medidas de apoio aos empresários e a criação de incentivos para a fixação de jovens.

A agricultura precisa de investimentos que melhorem a rentabilidade das explorações e a melhoria das condições de trabalho. É urgente proceder ao emparcelamento, construir caminhos de penetração e garantir o abastecimento de água às explorações, bem como continuar a apoiar a prestação de serviços. É também inaceitável o rateio do prémio aos bovinos machos, a vitivinicultura, pode e deve ser uma actividade económica a recuperar na ilha.

Por último gostaria de referir a coincidência do anúncio das obras nas casas de aprestos, bem como a nova lota e edifício de apoio à Associação dos pescadores, após a visita dos deputados do PSD à Graciosa. Congratulo-me com a realização destas importantes obras. Afinal, para que as obras se anunciem são precisas mais visitas dos deputados do PSD à Ilha Graciosa. - **GP/PSD- ALRA**

Pedido de análise continuada da qualidade do Ar, preocupação do PSD

O PSD/Açores propôs que a qualidade do ar passe a ser periodicamente analisada na Região e que os resultados sejam tornados públicos. “Interessa perceber se tem aumentado nos Açores a concentração de diversos poluentes, incluindo os gases de estufa e qual a sua justificação”, refere um projecto de resolução entregue na mesa da Assembleia Legislativa dos Açores, em que se propõe igualmente que se estude e divulgue publicamente o eventual impacto nos Açores das alterações climáticas que se registam a nível mundial.

A iniciativa dos sociais-democratas, apresentada em plenário pelo deputado António Ventura, recomenda ao governo regional a “elaboração de um relatório informativo e explicativo sobre o clima e a qualidade do ar na Região, com periodicidade anual”, a divulgar publicamente, através da sua apresentação no parlamento açoriano. Segundo o PSD/Açores, o “clima e a avaliação da qualidade do ar devem assumir-se, acima de tudo, como uma grande e constante preocupação política” nos





Acessos à Graciosa pioram de ano a ano Governo já esgotou as desculpas esfarrapadas



O PSD/Açores considerou que as acessibilidades à ilha Graciosa “pioram de ano para ano”, tanto no transporte aéreo, como no transporte marítimo de passageiros. “Uma passagem de ida e volta da Graciosa ao Faial, por exemplo, custa 240,75 euros, tanto quanto ir a Lisboa e voltar. É assim que a Graciosa é um destino barato? Obviamente que não”, afirmou o deputado social-democrata Luís Henrique Silva, no decurso de uma intervenção na Assembleia Legislativa dos Açores.

Segundo o parlamentar do PSD/Açores, “anunciam-se passagens baratas, mais do que em 1996”, só que “o custo da tarifa não interessa, mas sim o custo global do bilhete”, encarecido pelas “tão famosas taxas”. No domínio do transporte marítimo de passageiros, Luís Henrique Silva lamentou também a “forma como são discriminados os nossos emigrantes”, devido à “série de incómodos a que estão sujeitos”. Além do “elevado” custo das passagens, os emigrantes “não têm a possibilidade” de efectuar o check-in na partida e só levantar a bagagem no aeroporto de destino, afirmou o deputado social-democrata. “Será para pagarem excesso de bagagem quando estes estão a viajar nas empresas do grupo SATA”, questionou.

Relativamente ao transporte marítimo de passageiros, Luís Henrique Silva considerou “inaceitável” que, segundo o horário apresentado, o navio que vai prestar o serviço no próximo Verão, “escale a Graciosa apenas três vezes por semana, à quinta, sexta e ao domingo, sempre com saída pela Ilha Terceira”. Para o deputado social-democrata, se

“em anos anteriores o governo regional culpava as empresas operadoras, este ano a culpa é única e exclusivamente do governo”, dado que será empresa pública criada para o efeito que vai assegurar a operação de transporte marítimo de passageiros inter-ilhas.

A diminuição do montante dos investimentos do governo regional na Graciosa ao longo deste ano também mereceu críticas de Luís Henrique Silva. “As verbas inscritas no Plano Regional de 2007, destinadas à promoção do investimento e da coesão na Graciosa, sofreram um decréscimo de 17,3 por cento, em relação às verbas inscritas no plano de 2006”, sublinhou. Para Luís Henrique Silva, estes números “demonstram bem o que se passa na Graciosa, já que as verbas inscritas não são as aplicadas”. O deputado social-democrata defendeu a adopção de “medidas de apoio aos empresários e a criação de incentivos para a fixação de jovens”, na Graciosa, que actualmente não existem, assegurou. Prova disso, garantiu, é “o índice de envelhecimento atingir os 130 por cento”.

No sector do turismo, Luís Henrique Silva considerou que os “pequenos nichos de mercado têm de ser explorados”. É o caso do areal da Vila da Praia, “um cartão de visita da Graciosa”. De acordo com o deputado do PSD/Açores, o areal “não foi limpo, nem retiradas as pedras colocadas para a reconstrução da muralha, há já dois anos”. A mesma situação, assegurou Luís Henrique Silva, afecta as termas do Carapacho, já que “em qualquer parte do mundo seriam aproveitadas para o desenvolvimento do turismo”.

Texto do Requerimento apresentado

Em 17 de Fevereiro de 2006 apresentei, no uso da faculdade estatutária e regimental que me é atribuída enquanto Deputado, um requerimento ao Governo Regional sobre várias questões relacionadas com a prestação de cuidados de saúde na ilha das Flores, colocando particular ênfase no facto de os habitantes desta ilha não terem à sua disposição alguns cuidados de saúde essenciais.

O referido requerimento recebeu resposta por parte do Governo Regional, em 22 de Março do mesmo ano;

Uma das questões colocadas naquele requerimento era relativa ao aparelho de imagiologia existente no Centro de Saúde das Flores, considerando que o mesmo não apresenta condições técnicas de fiabilidade enquanto meio complementar de diagnóstico, ou seja e por outras palavras, porque está obsoleto;

Na resposta recebida por parte do Governo Regional, foi referido que «está prevista a aquisição e montagem de um novo aparelho de “Raio-X” digital para o Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores até final do ano de 2006»;

Outra das questões colocadas referia-se ao Serviço Público de Saúde Oral praticado na Ilha das Flores, destacando-se, e não obstante o bom trabalho realizado até então, que o Governo Regional tinha suspenso a renovação dos contratos de prestação de serviços realizados com médicos dentistas que se deslocavam à ilha das Flores no âmbito da prestação daqueles cuidados de saúde primários;

Pela resposta do Governo Regional, tomamos conhecimento que «Por despacho de Sua Excelência o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais, de 13/02/2006, foi autorizada a renovação de um contrato de prestação de serviços com um médico dentista» e que «Quanto às deslocações de médicos dentistas as mesmas estão sujeitas à regulamentação constante da Portaria n.º 43/97, de 26 de Junho».

Assim, decorrido todo este tempo (um ano) sobre a data da referida resposta ao requerimento então apresentado e considerando que se mantêm válidas algumas das questões dele constantes, o Deputado abaixo-assinado, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, vem requerer que seja solicitada informação ao Governo Regional sobre o seguinte:

1. Embora o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais tenha já anunciado, por diversas vezes, a aquisição de novos aparelhos de “Raio-X” para Unidades de Saúde da Região, designadamente para o Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores até final do ano passado, e considerando que esse facto ainda não foi concretizado perguntamos: para quando está prevista a instalação de um novo e fiável aparelho de “Raio-X” no Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores?

Continua a ser muito difícil o acesso à prestação de cuidados de saúde oral na ilha das Flores. A médica dentista que se desloca à ilha para a prestação daqueles cuidados de saúde primários não consegue dar resposta a todas as solicitações que lhe são colocadas atendendo ao seu elevado número. Tal facto tem como consequência que os florentinos não têm outra alternativa que não seja recorrer à prestação de serviços privados dessa área, o que implica custos avultados para os orçamentos familiares, motivo que, na maioria dos casos, faz com que as pessoas desistam dos tratamentos continuados de que teriam necessidade.

Hoje, na ilha das Flores, uma primeira consulta de saúde oral pode implicar uma espera superior a quatro meses e o acesso à lista é realizado de modo burocrático e limitado pelas segundas consultas que entretanto a médica dentista recomenda no seguimento dos tratamentos pela mesma iniciados.

Dadas as condicionantes provocadas pelos hábitos alimentares e pela deficiente tradição nos bons hábitos de higiene oral, a ilha das Flores carece de redobrados incentivos no âmbito da prevenção neste sector da saúde pública, que neste momento apresenta resultados insuficientes ou mesmo praticamente inexistentes, se atendermos que nos últimos meses os cuidados médicos de saúde oral são efectuados com carácter de permanência na ilha das Flores, apenas num período que não ultrapassa uma semana em cada mês.

Neste âmbito pergunta-se:

6. Tem o Governo Regional conhecimento desta situação?

7. Considerando os contornos da mesma e a manifesta necessidade de se proceder a uma alteração do modo como são prestados os cuidados de saúde oral na ilha das Flores, o que pensa fazer o Governo Regional para alterar a situação existente? – Gab Press PSD/ALRA

Açores, dado que “a acção do homem está a provocar modificações irreversíveis sobre a composição da atmosfera”, o que pode causar “efeitos nefastos para a vida humana”. Para “travar” esses efeitos no clima do planeta, os social-democratas defendem que é necessária “uma profunda consciencialização dos cidadãos e, principalmente, dos decisores políticos sobre esta temática”.

Projecto de Resolução

«Recomenda ao Governo Regional dos Açores a apresentação de um relatório informativo sobre o clima e a qualidade do ar na Região.»

Considerando que, desde os anos oitenta, a comunidade internacional se encontra apreensiva com as mudanças climáticas no Planeta, provenientes do “efeito de estufa”, com origem em actividades antropogénicas. Aliás, esta problemática já foi classificada como a mais grave a nível global.

Considerando que a variabilidade climática e a qualidade do ar determinam as condições de sustentabilidade, habitabilidade e salubridade dos espaços geográficos, condicionando a maioria das actividades socioeconómicas da humanidade, bem como regulam a disponibilidade de recursos naturais como a água e o solo.

Considerando que a qualidade do ar e a protecção da atmosfera são recursos vitais, cuja contaminação deriva em danos maléficos para a saúde humana e o meio ambiente.

Considerando que o quarto relatório do “Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas” confirma o aquecimento global em curso no Planeta e o grau de responsabilidade humana.

Considerando que a acção do homem, ligada à generalidade de actividades desenfreadas do mundo moderno e industrializado, estão a provocar modificações irreversíveis sobre a composição da atmosfera, acarretando efeitos nefastos para a vida humana.

Considerando que urge travar esta influência humana no clima do planeta, passando por uma profunda consciencialização dos cidadãos e, principalmente, dos decisores políticos sobre esta temática.

Considerando que cada Região pode apresentar um padrão evolutivo do clima que interessa acompanhar e estudar, principalmente ao nível de elementos como a temperatura, a precipitação e a subida da água do mar.

Considerando que o estudo e acompanhamento destes elementos

interpretam uma tendência evolutiva do clima.

Considerando que interessa perceber se tem aumentado nos Açores a concentração de diversos poluentes, incluindo os gases de estufa e qual a sua justificação.

Considerando que o clima e a avaliação da qualidade do ar devem assumir-se, acima de tudo, como uma grande e constante preocupação política, nos Açores.

Torna-se fundamental que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores possa acompanhar com informação prestada pelo Governo Regional a tendência do clima e a qualidade do ar no Arquipélago.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis apresentam o seguinte Projecto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional dos Açores a elaboração de um relatório informativo e explicativo sobre o clima e a qualidade do ar na Região, a apresentar ao Parlamento, com periodicidade anual. – Assinado pelos deputados do PSD/Açore – **Gab. Imp. PSD/Alra**



Deputado pelas Flores “preocupado” com os cuidados de saúde na Ilha

O deputado do PSD António Maria Gonçalves, eleito pelo círculo eleitoral das Flores, manifestou a sua preocupação relativamente à prestação dos cuidados de saúde na ilha.

Em requerimento entregue na Assembleia Regional, o parlamentar realça que “os habitantes da ilha não têm à sua disposição alguns cuidados de saúde essenciais”, e que recentemente questionou o Governo sobre o estado do aparelho de imagiologia existente no Centro de Saúde local, pois “o mesmo não apresenta condições técnicas de fiabilidade enquanto meio complementar de diagnóstico por estar obsoleto”. António Gonçalves refere que o executivo previa “a aquisição e montagem de um novo aparelho de “Raio-X” digital para o Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores até final do ano de 2006”, o que não se veio a verificar e motiva a dúvida agora apresentada.

No tocante ao Serviço Público de Saúde Oral praticado na sua ilha, o deputado destaca o que “a médica dentista que se desloca à ilha para a prestação daqueles cuidados de saúde primários não consegue dar resposta a todas as solicitações que lhe são colocadas atendendo ao seu elevado número”, assim “os florentinos não têm outra alternativa que não seja recorrer à prestação de serviços privados na área, o que implica custos avultados para os orçamentos familiares”. Refere ainda que “uma primeira consulta de saúde oral pode implicar uma espera superior a quatro meses, sendo o acesso à lista realizado de modo burocrático e limitado pelas segundas consultas, que entretanto a médica dentista recomenda no seguimento dos tratamentos pela mesma iniciados”.

António Gonçalves pretende saber se há conhecimento governamental destas realidades e que medidas serão tomadas para modificar a situação existente

Notícias de Braga

Preocupações à volta da Escola Secundária D. Luís de Castro

Pese embora as garantias prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga no decurso da reunião do Executivo Municipal da passada Quinta-feira tenham ido ao encontro das reivindicações dos Vereadores do PSD (no sentido de que será sempre inviabilizada qualquer operação urbanística nos terrenos da Escola Secundária D. Luís de Castro e que tais terrenos serão sempre afectos a equipamento no Plano Director Municipal), o possível encerramento desta Escola envolve outros aspectos que preocupam os responsáveis deste Partido.

Entre estes, destacam-se as garantias de continuidade dos estudos dos alunos que hoje frequentam o 10º e o 11º Ano naquela Escola e a salvaguarda de que o tipo de oferta educativa que hoje é assegurada pela D. Luís de Castro (nas áreas da animação social e do apoio à infância) seja também prosseguida noutro(s) estabelecimento(s) educativo(s) do Concelho, caso este venha a encerrar.

Neste contexto, mantém-se a pertinência dos esclarecimentos que se anunciaram iriam ser solicitados pelo Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República à Senhora Ministra da Educação, aquando da reunião dos Vereadores do PSD com os órgãos executivos da Escola, realizada na passada Segunda-feira.

Daí que tenha sido submetido ao Senhor Presidente da Assembleia da República o Requerimento anexo, que é subscrito pelos Deputados Miguel Macedo e Emídio Guerreiro, ambos eleitos pelo Círculo Eleitoral de Braga, e para o qual solicitamos a V/ melhor atenção. – CPS/PSD-Braga

Um requerimento do PSD na assembleia da República

A possibilidade de encerramento da Escola Secundária D. Luís de Castro, em Braga, está a gerar uma enorme instabilidade junto da comunidade educativa de Braga, assim como na população em geral.

Os responsáveis da Escola e os vereadores do PSD na Câmara Municipal

de Braga manifestaram já a sua preocupação quanto ao futuro dos alunos que ali estudam.

A Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) terá chegado a sugerir aos responsáveis da escola que escolhessem livremente uma escola de destino (a confirmar-se o encerramento).

O conhecimento da realidade local leva mesmo autarcas a apontarem a “total falta de visão estratégica dos responsáveis do Ministério da Educação, não só porque não se está a acautelar a expansão do Parque Escolar para uma zona de manifesta expansão demográfica, optando por contribuir para o aumento da sobrelotação das outras Escolas Secundárias.”

O cenário do encerramento de uma escola com uma forte vertente profissionalizante, com elevados índices de empregabilidade nesses cursos, torna-se ainda mais incompreensível quando a senhora Ministra da Educação acaba de reanunciar o programa Novas Oportunidades, agora com uma campanha publicitária.

O facto de esta escola estar implantada numa zona bem localizada na cidade (na Encosta do Bom Jesus, numa área superior a 4 hectares), não obstante a actual classificação no Plano Director Municipal, levanta as maiores dúvidas sobre qual o destino que o Ministério da Educação pretende dar aos terrenos se o encerramento for concretizado.

Este Grupo Parlamentar soube, através da comunicação social, que “se houvesse uma decisão, a escola seria informada pelos meios próprios e não pelos jornais”.

Assim, estando cientes que o Ministério da Educação informará da sua decisão pelos meios próprios, requeiro, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, que através de Vossa Excelência, a Senhora Ministra da Educação informe sobre a seguinte questão:

• *A Escola Secundária D. Luís de Castro vai ou não ser encerrada pelo Ministério da Educação?*

– Os deputados do PSD, Miguel Macedo e Emídio Guerreiro

Notícias de Évora

O desemprego atinge “record” dos últimos 20 anos

A Comissão Política Distrital de Évora do PSD denunciou há algum tempo, os graves erros das políticas económicas e sociais do Governo PS, por nomeadamente agravarem o desemprego e as condições de vida dos Alentejanos e dos Portugueses em geral.

A publicação dos resultados trimestrais da taxa de desemprego verificadas no 4º trimestre de 2006 atingiu o valor de 8,2% o mais alto dos últimos 20 anos. Verifica-se que no Alentejo aquele valor é de 9,2% e em Évora ainda é superior, afectando principalmente os jovens licenciados.

É altura de perguntar ao Governo onde estão os 150.000 postos de

trabalhos prometidos em campanha.

O número de desempregados é o dobro dos valores registados em média nos anos 90 e início de 2000. A agravar esta situação vai o Governo dispensar mais de três mil jovens, que em Março concluem os 12 meses de estágio na função pública. Assim, e depois da formação e da experiência adquirida, que absorveu 35,6 milhões de euros de verbas comunitárias, todos os jovens vão regressar ao desemprego.

Como a maioria desses estagiários se inscreverá nos centros de emprego, então é de prever um aumento de cerca de 1% do número de desempregados apurados pelo IIEFP.

Um Governo que encerra serviços de urgência, que diminui as participações dos medicamentos aos utentes e faz subir os seus preços, que contribui para o agravamento do desemprego, não é justo, e obriga-nos a criticar toda a argumentação falaciosa e demagógica, em particular dos seus deputados eleitos pelo círculo de Évora, bem como toda a estrutura dirigente do PS local que, por inabilidade e o logro político a que conduzem o Distrito, e a Região, devido à política “apenas” economicista dos socialistas.

É imperioso inverter este rumo de des governação, em que um Governo

que se diz de esquerda está a matar o Estado social e a contribuir para o agravamento generalizado da vida dos Portugueses. – CPD/PSD-Évora

Brincando com as Urgências em Évora

No final de 2006, o Ministro da Saúde decidiu encerrar o Serviço de Urgência de Montemor-o-Novo, passando a assistência médica à população desse concelho a ser assegurada pelo Serviço de Urgência de Vendas Novas.

Tal decisão pareceu incompreensível por diversas razões:

Montemor-o-Novo é atravessado pela auto-estrada que liga Lisboa a Madrid bem como pela Estrada Nacional nº4, vias nacionais estruturantes e de grande movimento. Montemor possui igualmente um parque industrial importante, é um concelho dos mais vastos de Portugal, contando com uma população significativa. Sob o ponto de vista operacional, um doente grave seria obrigado a recorrer ao Serviço de Urgência de Vendas Novas, que dista 22 Km, sendo daí transferido para o Hospital do Espírito Santo de Évora. Neste trajecto, de cerca de 74 Km, impróprio para um doente grave, verificava-se que ao perfazer 44 Km estava exactamente no ponto de partida. Cómico, se não fosse trágico...

Acresce-se a estes argumentos o facto de em Montemor existirem em funcionamento duas Unidades de Saúde, com internamento.

No final do mês de Janeiro, e sem que se percebesse porquê, o Governo decidiu que afinal a Urgência de Montemor se manteria aberta e que se encerraria a de vendas Novas. Com esta decisão, Sócrates só mostrou que não sabe exactamente o que quer. Tem unicamente uma obsessão economicista, mesmo que se seja à custa das populações do interior.

Encerrar a urgência de Vendas Novas parece-nos errado. Por ali passam uma viaférrea, a auto-estrada Lisboa-Madrid, a Estrada Nacional nº4, existindo igualmente um parque industrial dinâmico que funciona 24 horas por dia. Também não podemos esquecer que Vendas Novas foi o concelho que mais cresceu em termos populacionais. Finalmente, há a particularidade geográfica desta cidade se situar a 50 Km de Évora, a 50Km do Montijo e a 50 Km de Setúbal.

Relembramos que, quando o PSD foi Governo e Luís Filipe Pereira era Ministro da Saúde, as estruturas políticas locais do PSD lutaram, com êxito, para que a Urgência nocturna de Vendas Novas não fosse encerrada. O PSD colocou o interesse do povo do distrito acima dos interesses político-partidários. E agora, o que faz o PS?

Também devemos lembrar que este Governo, no final de 2006, fez encerrar o atendimento que funcionava no Hospital do Espírito Santo, o CUCSE, ou «Consulta de Urgência do Centro de Saúde de Évora», perdendo a população do concelho de Évora esse importante serviço de Urgência. Tal medida obrigou o Serviço de Urgência do Hospital do Espírito Santo de Évora a atender um número de doentes muito superior ao habitual, com prejuízo dos utentes.

Verificamos que com o Governo Socialista e com Correia de Campos, em particular, a população do distrito de Évora só tem razões de queixa em relação à política de Saúde, fechando-se Serviços a pretexto da redução de despesas, mesmo que tal aumente os encargos para o povo e se coloquem em risco a saúde e a vida das populações. - **Grupo Temático da Saúde da CPD de Évora do PSD**

Notícias de Lisboa

Câmara já começou a pagar juros da dívida à Parque Expo, no valor de 145 milhões, deixada “por herança” pelos socialistas

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou hoje o início do pagamento à Parque Expo dos juros da dívida, de 145 milhões de euros, relativa à gestão urbana, acessibilidades e expropriações do Parque das Nações.

O início do pagamento foi aprovado com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP e os votos contra do PS, PCP, PEV e Bloco de Esquerda.

A proposta, da vice-presidência da Câmara de Lisboa, refere que os valores em dívida à Parque Expo são relativos à execução e gestão de infra-estruturas, bem como a um “adiantamento relativo a encargos que cabiam ao município, no âmbito da intervenção necessária à realização da Exposição Mundial de Lisboa de 1998”.

O documento explica que “cessando o regime de excepção legal e tendo em vista a assumpção directa da gestão do domínio público pelo município, foi estabelecido o dia 1 de Janeiro de 2005 para o seu início, facto que não se concretizou por não ter sido possível definir o modelo de estrutura que a concretizaria”, refere o documento.

Segundo a proposta, “não só a data da cessação dos poderes excepcionais da Parque Expo ocorrida em 31 de Dezembro de 1999, como ainda a previsão do momento da transferência da gestão urbana e o tempo entretanto decorrido tornam pouco razoável a demora no pagamento dos juros clausulados sobre a importância em dívida, impondo à Parque Expo um sacrifício injustificável”.

O presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, o socialista José Rosa do Egípto, chamou a atenção para os “problemas gravíssimos” de gestão do território do Parque das Nações, sobretudo ao nível do trânsito, pelo atraso na transferência de competências para o município.

Também o deputado do PCP João Saraiva referiu que “só em princípios de 2005 foi acordada a transferência



das competências”.

“Estamos em 2007 e ainda não se concretizou qualquer transferência entre a Parque Expo e a Câmara Municipal de Lisboa”, sublinhou.

João Saraiva frisou que com a regularização dessa situação, a Câmara poderia ter realizado “uma série de receitas certamente não desprezíveis”, resultantes nomeadamente de “tarifas sobre estacionamento, uso do espaço público, publicidade e resíduos sólidos”.

No mesmo sentido, o deputado do partido ecologista “Os Verdes” Sobreda Antunes considerou que a proposta hoje aprovada se destinava a “desligar os juros de pagamento da dívida da Parque Expo da transferência de poderes”.

Em Maio de 2006, fonte oficial da Parque Expo disse à Lusa que a empresa tinha reduzido a dívida em 29,5 por cento, para 346 milhões de euros, depois de dois bancos terem tomado firme uma parte da dívida, da responsabilidade da Câmara de Lisboa.

Segundo a mesma fonte, a redução da dívida deveu-se ao cumprimento

do contrato de cessão de créditos firmado com o banco Efisa e o DEPFA Bank, que tomaram a dívida da CML, no montante de 145 milhões de euros.

CML envia à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Plano de Pormenor dos Bairros da Liberdade e Serafina e do Campus Universitário de Campolide

A Câmara Municipal de Lisboa enviou à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo a proposta preliminar do Plano de Pormenor para a requalificação do Bairro da Liberdade e reordenamento do Bairro da Serafina, em Campolide. A proposta foi aprovada por maioria no fim do mês passado, em reunião do executivo camarário.

O Plano de Pormenor representa



mais um passo na renovação integral das condições de habitabilidade existentes no Bairro da Liberdade, Vila Ferro e Amendoeira, prevendo a recuperação do edificado, de cariz maioritariamente ilegal, e que apresenta graves deficiências de construção e más condições de habitação, pelo que a proposta preconiza a demolição e substituição das casas existentes.

Para este bairro, prevê-se o realojamento de aproximadamente 900 agregados, garantindo a possibilidade de permanência da população residente e das actividades já existentes, a criação de espaço público qualificado e a construção de equipamentos como residências assistidas para idosos, uma escola básica integrada ou um polidesportivo coberto.

A habitação vai ocupar 73.631m² dos 84.228m² de área de construção prevista para o local, estando prevista a construção de 365 fogos de tipologias T1, 283 T2, 98 T3 e 102 T4. O comércio e serviços vão ocupar mais de 9.500m² de terreno. Prevê-se, ainda, a criação de 1819 lugares de estacionamento.

No caso do Bairro da Serafina, o projecto contempla a manutenção do carácter e a preservação da linguagem arquitectónica do local, ordenando as alterações que têm sido realizadas nos últimos anos.

O presidente da autarquia, Carmona Rodrigues, elogiou a proposta, considerando que se trata de “um trabalho bem conseguido e que preserva os valores patrimoniais, as condições geológicas e o enquadramento viário”.

Sobre o financiamento da operação, o autarca explicou que a solução será recorrer a empréstimos bancários, previstos na Lei das Finanças Locais para reabilitação urbana, à semelhança do que aconteceu no ano passado para suportar projectos no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER). Carmona Rodrigues admite-se mesmo “disponível para abdicar de muitas outras coisas para acabar com as manchas negras da cidade”.

Plano de Pormenor do “Campus” de Campolide

Na mesma sessão camarária foi, ainda, aprovado o envio do Plano de Pormenor do “campus” de Campolide da Universidade Nova de Lisboa à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - CCCR-LVT, para apreciação.

A proposta abrange uma área de 16 hectares e prevê a ampliação do “campus”, onde será instalada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova - actualmente instalada na Avenida de Berna -, o novo edifício da Faculdade de Direito, e o edifício de expansão



do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (ISEGI).

A área de intervenção é constituída por dois espaços ligados por parte do “corredor verde” de Lisboa, sendo um deles limitado pelo Palácio Ventura Terra e o seu jardim histórico e, o outro, limitado a Norte pela Avenida Calouste Gulbenkian, a Nascente pela Rua da Mesquita e Rua Fialho de Almeida, a Sul pelo Tribunal de Justiça e Rua Marquês da Fronteira, Cadeia Penitenciária de

Lisboa e, a Poente, pela Rua de Campolide e Avenida Miguel Torga.

O estacionamento a construir vai privilegiar o estacionamento coberto, com a criação de 1040 lugares, em detrimento do estacionamento à superfície, com apenas 210 lugares.

Este plano tem por principal objectivo a definição dos terrenos ocupados actualmente pelo “campus” de Campolide da Universidade Nova de Lisboa, nomeadamente a área correspondente à sua futura expansão,

adaptando a zona a um uso predominantemente pedonal, adequado à vivência própria de um “campus” universitário.

Para o vereador António Prôa, responsável pelo pelouro do Ambiente e Espaços Verdes, esta proposta “cria condições para favorecer a permanência de um equipamento universitário importante na cidade”. Segundo o autarca, o plano impulsiona a “competitividade de Lisboa”. - **Gab. Imp. CM Lisboa**

Da CPD de Santarém

Abriu o “Site” da distrital em www.psdsantaremdistrital.com

Desde as zero horas, de Sábado, dia 10 de Março, está disponível o novo site distrital do PSD, em www.psdsantaremdistrital.com pelo que a CPD convida todos os militantes e simpatizantes a visitá-lo, querendo fazer dele um encontro permanente de informação que fundamente a acção política.

O site não está ainda na plenitude das funcionalidades projectadas, nem é uma obra perfeita e acabada, pelo que a CPD quer contar com a ajuda e a colaboração de todos, para a sua actualização permanente.

Neste espaço estarão as mais recentes notícias sobre a actividade política dos sociais-democratas no distrito, a actividade dos órgãos políticos locais, das estruturas autónomas, dos autarcas eleitos, e – como não podia deixar de ser –

dos nossos militantes e simpatizantes.

Na eventualidade de estar interessado em colaborar connosco, obter mais informação sobre alguns dos temas divulgados, ou

simplesmente trocar algumas impressões, não hesite: contacte o novo site.

– **Vasco Cunha, Presidente da CPD de Santarém**

The screenshot shows the website for PSD Santarém Distrital. The header includes the PSD logo and the website name. A navigation menu on the left lists various sections like 'Mensagem Presidente CPD/PSD', 'Identificação Territorial', 'Órgãos Distritais', etc. The main content area features a news article titled 'Intervenção de Vasco Cunha na AR sobre a problemática da produção de tomate' with a sub-headline '«O desagastamento que existe à produção pode implicar uma quebra fatal na produção, o que no caso do tomate para transformação terá consequências nefastas para uma indústria que não se acredita competitiva e com grande capacidade de exportação...»'. Below the article, there are sections for 'DESTAQUE' and 'DESTAQUES' with various news items and dates.

Notícias de Sintra

Rally “As Camélias de Sintra”: 40 carros clássicos em competição

Quarenta “Clássicos”, “Anos 30” e “Veteranos”, construídos entre 1905 e 1960, vão estar em prova nas sinuosas estradas da Serra de Sintra na III Edição do Rally “As Camélias de Sintra” em Automóveis Antigos, o mais histórico de Portugal, que se realiza entre 16 e 18 de Março.

Automóveis como um Mercedes 190 SL, de 1956, ou um Ford Thunderbird, também de 1956 e que irá ser conduzido pelo Presidente da Câmara Municipal de Sintra, vão estar em competição nas mágicas estradas de Sintra.

“Temos que ter a capacidade de motivar diferentes tipos de público, de cultivar diferentes tipos de turismo. Este Rally, que faz parte do espaço de romantismo de Sintra, contribui para alcançarmos esse objectivo”, afirmou Fernando Seara na conferência de imprensa de apresentação da prova.

O Rally divide-se em três etapas: a primeira, de regularidade nocturna, tem início às 21H30 (no parque de estacionamento frente ao Tribunal de Cascais) em direcção à Aldeia do Juzo, Malveira da Serra, Janes e termina no Hotel Estoril 7, frente ao “Cascais Shopping”.

A 2ª etapa, o verdadeiro arranque da prova, inicia-se às 09H30 de 17 de Março, no Hotel Estoril 7, em direcção ao Autódromo, Lagoa Azul, Rampa da Pena, S. Pedro, Eugária, Colares, Galamares e termina na Mercedes Benz.

Finalmente a 3ª etapa, que se realiza na tarde de dia 17 de Março, tem início no Algueirão e termina frente ao Palácio Nacional de Sintra cerca das 17H00.

No dia 18 de Março, Domingo, realiza-se ainda a prova complementar de Sintra que arranca da Praça da República, na Vila de Sintra, finalizando em S. Pedro de Sintra à hora do almoço.

Com este Rally pretende-se recuperar a tradição da Vila de Sintra como palco privilegiado para as provas automobilísticas, aliando a beleza das paisagens de Sintra a um conjunto de automóveis com data de fabrico limitada até 1960 que, pela sua raridade e beleza, contribuem para transformar esta prova numa referência em competições deste género.

Com este objectivo, e após o sucesso verificado nos dois anos anteriores, a Câmara de Sintra, o Museu Fernando Pessa, e as Juntas de Freguesia de Stª Maria, S. Miguel,



S. Pedro, S. Martinho decidiram manter a competição.

Recorde-se que o histórico Rally “As Camélias de Sintra” decorreu de 1946 a 1991. Década e meia mais tarde, pela mão do actual Presidente da Câmara de Sintra e do Museu Fernando Pessa, a prova voltou à estrada em 2005. – **Gab. Imp. CMSintra**

«1º Curso de Sintra – Idade Média»

Estão abertas as inscrições, até 20 de Março, para o “I Curso de Sintra – Idade Média”.

Para este curso, que decorrerá de 28 de Março a 2 de Junho, na Biblioteca de Sintra, foram convidados alguns dos mais notáveis investigadores e académicos deste período da História.

No sentido de se redireccionar a política cultural, designadamente no que respeita à divulgação da história e da História de Arte, da Literatura, da Música e da Paisagem, entendeu a Câmara de Sintra dar início ao “Curso de Sintra”, evento anual, cujos resultados científicos serão publicados, procurando, assim, imprimir-se uma nova dinâmica e qualidade editorial no município de Sintra.

Tendo como mote a celebração dos 860 anos que Sintra é Portugal, este primeiro curso dedicado à Idade

Média terá um horário pós-laboral, por forma a ser acessível a um público mais abrangente, iniciando-se as conferências semanais às 18H30, na Casa Mantero.

O preço da inscrição para o público em geral é de 100 Euros; para professores, de 75 Euros; para estudantes e reformados, de 50 Euros. Cada participante terá direito a um exemplar da publicação das actas das comunicações proferidas no “I Curso de Sintra – Idade Média”, bem como a um certificado de participação.

Para inscrições/informações poderá utilizar o tel. 219236195; fax 219236198; e-mail npha@cm-sintra.pt, ou ainda escrever para a Rua Gomes de Amorim, n.º 12, 2710-569 SINTRA

O Programa

28 MAR, 18h30, “Sintra: Da Antiguidade à Idade Média”: JUSTINO MACIEL (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

4 ABR, 18h30, “Reminiscências Históricas, Artísticas e Literárias da Sintra Islâmica”: EVA-MARIA VON KEMNITZ (Universidade Católica Portuguesa – Centro de Estudos Orientais)

12 ABR, 18h30, “Mar Adentro”: Sintra e a Organização do Território Entre Lisboa e o Oceano Depois da Conquista Cristã”: HERMENEGILDO FERNANDES

(Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

18 ABR, 18h30, “Na Região Polarizada por Lisboa no Declinar da Idade Média: Reflexões Sobre os Males e os Progressos do Tempo”: IRIA GONÇALVES (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

2 MAI, 18h30, “A Pintura Mural em Sintra no Final da Idade Média”: LUÍS AFONSO (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

9 MAI, 18h30. “O Papel das Ordens Religiosas em Sintra Medieval”: FILOMENA ANDRADE (Universidade Moderna)

16 MAI, 18h30, “Simbólica na Expansão Ultramarina”: PAULO PEREIRA (Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa)

23 MAI, 18h30, “O Poder Régio e a Corte nos Primórdios da Dinastia de Avis”: MARIA DO ROSÁRIO THEMUDO BARATA (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

30 MAI, 18h30, “O Manuelino Como Expressão do Poder”: JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

2 JUN, 18h30, “Música para o Teatro de Gil Vicente 1502-1536”: MANUEL MORAIS (Departamento de Artes da Universidade de Évora) – **Gab. Imp. CMSintra**



ALCOUTIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para o dia 14 de Abril de 2007, pelas 17h00, no Salão do Sr. Jaime Cardeira, em Martinlongo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: as urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Barcelos, para participarem no Plenário Ordinário, que se realiza no próximo dia 31 de Março de 2007, pelas 21h30, na sede Concelhia, sita na Avenida Alcaldes de Faria, n.º 226, - 1.º Dto., com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Informações;
2. Assuntos de interesse para a política local;
3. Aprovação do relatório de contas da secção, relativo ao ano de 2006;
4. Análise da situação Político-partidária

DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir em sessão plenária, dia 13 de Abril de 2007, sexta-feira, pelas 21h30, no auditório Municipal de Gondomar, sito na Avenida 25 de Abril - Gondomar, com a seguinte ordem de Trabalhos:

1. Discussão e aprovação das contas de 2006;
2. Análise da situação política.

FARO

Nos termos do artigo 50.º dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia da Secção de Faro, para reunir no próximo dia 13 de Abril de 2007, pelas 18h30, na sede da secção, sita na Rua Vasco da Gama, n.º 54 - 1.º dto, em Faro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção para o biénio 2007/2009.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h30 às 23h30. Para efeitos de entrega de listas, as mesmas terão que ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

GONDOMAR

De acordo com os estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para o próximo dia 20 de Abril de 2007, pelas 21h30, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, Gondomar, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 13 de Abril de 2007, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Político-partidária.

MARCO DE CANAVESES

De acordo com o artigo 51.º dos estatutos do Partido Social Democrata convoco a Assembleia de Secção de Marco de Canaveses, para uma reunião ordinária no próximo dia 05 de Abril pelas 21h00 no auditório municipal junto à Câmara Municipal de Marco de Canaveses com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Apresentação de contas do ano 2006

MONCHIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Monchique do PSD, para uma Assembleia de Secção Eleitoral a realizar dia 13 de Abril de 2007, entre as 18h00 e as 20h00, na Sede Concelhia, sita na Rua D. Francisco Gomes de Avelar, n.º 7 - 1.º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

Todas as candidaturas deverão:

- ser apresentadas por lista completas para cada órgão (Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção - CPS) contendo o número de militante e o n.º de BI de cada candidato.

- Ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão

competente para a eleição.

- Ser acompanhadas por declaração de aceitação subscrita pelos candidatos individual ou conjuntamente.

- As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Presidente de Mesa da Assembleia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- Para que uma lista possa ser entendida como completa, deverá a mesma conter o número mínimo de candidatos previsto nos estatutos (3+1 suplente no caso da Mesa e 7+3 suplentes no caso da CPS)

- Apenas constarão dos cadernos eleitorais os militantes cujas quotas estejam em dia no décimo dia anterior ao da eleição.

NÚCLEO DE LEÇA DA PALMEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e do Regulamento Eleitoral, convoca-se p plenário do Núcleo de Leça da Palmeira, para reunir no próximo dia 29 de Março de 2007 (quinta-feira) entre as 21h30 e as 00h00, nas ede Concelhia de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, na freguesia da Matosinhos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Informações;

Ponto dois: Análise da situação política

Ponto três: Outros assuntos

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo dia 13 de Abril de 2007, pelas 21h00, na sede da Secção, sita à Rua Prof. António Ribeiro Garcia Vasconcelos, n.º 17 - 1.º Dtº na cidade de Oliveira do Hospital, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apreciação do relatório e contas de 2006;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros assuntos.

ÓBIDOS (DISTRITAL DE LEIRIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convocam-se todos os militantes da Secção de Óbidos dotados de capacidade eleitoral activa para os órgãos locais, para reunirem no dia 14 de Abril de 2007, pelas 17h00, no edifício na Praça Azeredo Perdigão, n.º 7, Amoreira (Óbidos), com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção; Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

- 1- As urnas estarão abertas, e cada secção, das 17h00 às 20h00 do dia 14 de Abril de 2007, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no n.º 5 do artigo 9.º do regulamento

Eleitoral.

- 2- As listas candidatas para os Órgãos de Secção a eleger directamente deverão ser entregues, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o substitua, na sede distrital, sita na Rua Dr. José

Jardim, 32, em Leiria, aberta para o efeito naquele dia, das 21h00 às 24h00.

- 3- A presente convocação fundamenta-se nos termos do número 3, do artigo 71.º dos Estatutos Nacionais do PSD.

ÓBIDOS (MESA DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE LEIRIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convocam-se todos os militantes da Secção de Óbidos dotados de capacidade eleitoral activa para os órgãos locais, para reunirem no dia 14 de Abril de 2007, pelas 17h00, no edifício na Praça Azeredo Perdigão, n.º 7, Amoreira (Óbidos), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Notas:

- 1- As urnas estarão abertas, e cada secção, das 17h00 às 20h00 do dia 14 de Abril de 2007, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no n.º 5 do artigo 9.º do regulamento Eleitoral.

- 2- As listas candidatas para os Delegados à Assembleia Distrital da Secção de Óbidos a eleger directamente deverão ser entregues, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Leiria, ou a quem o substitua, na sede distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, 32, em Leiria, aberta para o efeito naquele dia, das 21h00 às 24h00.

- 3- A presente convocação fundamenta-se nos termos do número 3, do artigo 71.º dos Estatutos Nacionais do PSD.

- 4- A presente convocação justifica-se única e exclusivamente pela não apresentação de candidaturas aos Delegados à Assembleia Distrital, na Secção de Óbidos, na eleição para os Órgãos Distritais de Leiria do PSD que ocorreu no passado dia 13 de Janeiro de 2007 (Povo Livre n.º 1483, de 13 de Dezembro de 2006).

- 5- Os Delegados à Assembleia Distrital de Leiria a eleger na Secção de Óbidos do PSD, pela presente convocação, completarão o mandato iniciado com a eleição para os Órgãos Distritais de Leiria do PSD mencionada na nota anterior.

OUREM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Concelhia do PSD de

Ourém, para uma reunião ordinária, a ter lugar no dia 28 de Março de 2007 (quarta-feira), pelas 20h30, no Centro de Negócios de Ourém, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Leitura da acta da reunião anterior;
2. Intervenção do Sr. Presidente da Comissão Política cessante;
3. Intervenções dos militantes;
4. Apresentação e votação do relatório e contas referentes ao exercício findo;
5. Posse dos novos órgãos Concelhos do Partido, eleitos em 16 de Fevereiro último.

SANTARÉM

De acordo com os Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir em sessão plenária, no próximo dia 24 de Março de 2007, sábado, pelas 15h00, no auditório da sede distrital, em Santarém, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Revisão do Programa do PSD;
4. Outros assuntos de interesse.

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (CPD OISEU)

Nos termos dos artigos 50º, 51º e 66º dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes inscritos na Secção de São João da Pesqueira do PSD, para uma Assembleia Eleitoral a realizar no próximo dia 20 de Abril de 2007, pelas 18h00, na sede da Junta de Freguesia de São João da Pesqueira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00 do dia 20 de Abril de 2007.

Ao abrigo do artigo 7º dos Estatutos do PSD, o pagamento de quotas terá de ser efectuado até ao décimo dia anterior ao acto eleitoral.



GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, venho por este meio convocar o Plenário de Secção de Gondomar, para reunir no próximo dia 16 de Abril de 2007, pelas 20 horas, na Sede concelhia do

PSD/Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, em Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estarão abertas das 20 horas às 24 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Daniel Fangueiro)

NÚCLEO DA BENEDITA – ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário do Núcleo da JSD da Benedita, para o próximo dia 28 de Abril de 2006, pelas 16 horas, na Sede Local, sita na Rua da Serradinha, Benedita, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Eleição dos Órgãos do Núcleo da JSD da Benedita.

Nota:

As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16h30 às 18 horas.

O Presidente da Mesa do Núcleo
(Carlos Martins)

NÚCLEO DE FONTE ANGEÃO – VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos em vigor da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo de Fonte Angeão para o dia 14 de Abril de 2007, pelas 15 horas, na Sede do Núcleo da JSD de Fonte de Angeão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Órgãos do Núcleo.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das subscrições nos termos estatutários.

O acto eleitoral decorrerá entre as 15 horas e as 16 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Luís Frade)

NÚCLEO DE TAMEL S. FINS – BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se as

eleições para o Núcleo de Tamel S. Fins da Secção da JSD de Barcelos, para o dia 13 de Abril de 2007, pelas 21 horas, no lugar da Portela, na Freguesia de Tamel S. Fins – Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Tamel S. Fins;
- 2 – Eleição da Mesa de Plenário do Núcleo de Tamel S. Fins.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23 horas

O Presidente da Mesa
(João Miguel Sá)

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco, o Plenário Eleitoral da Secção de Setúbal da JSD, a realizar no próximo dia 13 de Abril de 2007 (sexta-feira), pelas 19 horas e término às 23 horas, na Sede Concelhia de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Faria, n.º 23 – 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política de Secção;
- 2 – Análise da Situação Político-partidária.

O Presidente da Mesa
(Nuno Carvalho)

Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da Universidade do Minho (NESDUM)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da Universidade do Minho, para o próximo dia 29 de Março de 2007, pelas 17h, na Escola de economia e Gestão da Universidade do Minho, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação de informação;
- 2 – Aprovação do logótipo do NESDUM;
- 3 – Discussão da Actualidade política

O Presidente do Plenário do NESDUM

(Jorge Adélio Costa)

ERRATA

Por lapso dos serviços da JSD, na edição de 7 de Março de 07, na convocatória do Conselho Distrital de Santarém, no local da realização do plenário onde se lê Santarém deve-se ler ABRANTES.

Pedimos desculpa pelo incómodo causado aos militantes do Distrito de Santarém.

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Delegados ao Conselho Distrital da JSD de Santarém, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 14 de Abril de 2007, pelas 14 horas, na Sede do PSD, na Rua de São Pedro, n.º 22 – 1.º em Abrantes, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Distritais, (Mesa e Comissão Política).

Notas:

As listas devem ser entregues até às 24 horas, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede Distrital do PSD, em Santarém.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas entre as 14h30 e as 16 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém

(António Manuel Jorge)